

JAIME AUGUSTO DE JESUS

**AQUI TEM INTELECTUAL PRETA, SIM! TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE
DOCENTES PRETAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NAS ÁREAS
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA EM MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título *Magister Scientiae*.

Orientadora: Maria Simone Euclides

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

J58a
2024

Jesus, Jaime Augusto de, 1967-
Aqui tem intelectual preta, sim!: trajetórias e vivências de
docentes pretas em programas de pós-graduação nas áreas
ciências exatas e da terra em Minas Gerais / Jaime Augusto de
Jesus. – Viçosa, MG, 2024.

1 dissertação eletrônica (104 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Maria Simone Euclides.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Educação, 2024.

Referências bibliográficas: f. 95-100.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.552>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Mulheres na educação. 2. Professoras universitárias
negras - Condições sociais. 3. Racismo no ensino superior.
4. Racismo na educação. I. Euclides, Maria Simone, 1986-.
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação.
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 22. ed. 370.82


JAIME AUGUSTO DE JESUS

**AQUI TEM INTELLECTUAL PRETA, SIM! TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE
DOCENTES PRETAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NAS ÁREAS
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA EM MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título *Magister Scientiae*.


APROVADA: 01 de julho de 2024.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 **JAIME AUGUSTO DE JESUS**
Data: 30/08/2024 20:46:57-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Jaime Augusto de Jesus

Autor

Documento assinado digitalmente
 **MARIA SIMONE EUCLIDES**
Data: 31/08/2024 11:14:23-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Maria Simone Euclides

Orientadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelos incentivos constantes durante a caminhada.

Ao movimento negro afro Ganga Zumba, agradeço pela oportunidade em me inserir no contexto de militância e discussões sobre as temáticas raciais e de gênero.

À Profa. Dra. Maria Simone Euclides pelo acolhimento, dedicação, serenidade e profissionalismo aos quais conduziu à orientação acadêmica.

À Profa. Dra. Wania Maria Guimarães Lacerda pelos incentivos e por fazer parte desta caminhada.

Às colaboradoras desta pesquisa que cederam os relatos das histórias de suas vivências e experiências para compor o trabalho.

Às bancas pela generosidade e respeito durante as críticas e intervenções ao trabalho.

“(...) mas é preciso ter manha.

É preciso ter graça

É preciso ter sonho sempre.

Quem traz na pele essa marca

Possui a estranha mania

De ter fé na vida”.

(Milton Nascimento)

RESUMO

DE JESUS, Jaime Augusto, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2024. **Aqui tem intelectual preta, sim! Trajetórias e vivências de docentes pretas em programas de pós-graduação nas áreas Ciências Exatas e da Terra em Minas Gerais.** Orientadora: Maria Simone Euclides.

Este trabalho tem por objetivo analisar e entender as trajetórias, vivências acadêmicas e profissionais de mulheres pretas docentes pesquisadoras credenciadas nos PPGs nas duas grandes áreas das Ciências Exatas e da Terra, nas 11 universidades federais do estado de Minas Gerais. Ademais, foram apontadas as epistemologias antirracistas e antissexistas implementadas em suas práticas docentes, de modo a identificar se o racismo influencia em suas presenças nestes espaços. Como caminhos metodológicos, busquei informações junto aos programas de pós-graduações das 8 universidades sobre a quantidade de docentes negros (as) e não negros (as). Foi utilizado o processo de exame de retrato dos (as) docentes. Neste primeiro levantamento, verifica-se a ausência expressiva de docentes pretas credenciadas nos programas de mestrado e doutorado, quando comparada aos demais docentes. No segundo momento, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas de modo a compreender as trajetórias e vivências de cada docente, os desafios postos em suas travessias, as dimensões do racismo estrutural, interpessoal e institucional em suas trajetórias educacionais e profissionais. Por fim, foram analisados os agenciamentos delas perante os seus fazeres docentes nos PPGs e as contribuições no campo da pesquisa na área das Ciências Exatas e da Terra. A partir das análises dos quatro Currículos Lattes, foram realizados levantamentos de informações dos últimos 5 anos sobre as publicações em projetos de pesquisa concluídos, artigos publicados, participações em bancas de conclusão do curso de mestrado, participações em bancas de conclusão doutorado, autorias de livros, autorias de capítulos de livros, orientações concluídas de mestrado, orientações concluídas de doutorado, qualificações de mestrado, qualificações de doutorado e publicações com temáticas raciais. A pesquisa mostrou que há sub-representação de mulheres docentes na área química e quase ausência de mulheres docentes pretas. Há pontos convergentes dentre as 4 entrevistadas, já que todas atuam na área de Química. No entanto, há relatos sobre a resiliência e as intelectualidades ganharam escopo em boa parte das entrevistas, evidenciando que, embora sejam poucas nas áreas das ciências ditas “duras”, tais mulheres agenciam saberes, multiplicam representatividades pretas de modo consciente de suas ações perante a sociedade e em seus respectivos campos de atuações científicas.

Palavras-chave: Mulheres Pretas. Pós-graduação. Racismo Estrutural. Racismo Institucional. Racismo Individual.

ABSTRACT

DE JESUS, Jaime Augusto, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2024. **Yes, there are black intellectuals here! Trajectories and experiences of black professors in postgraduate programs in the exact and earth sciences in Minas Gerais.** Adviser: Maria Simone Euclides.

This work aims to analyze and understand the trajectories, academic and professional experiences of black women research professors accredited in PPGs in the two major areas of Exact and Earth Sciences, in the 11 federal universities in the state of Minas Gerais. In addition, the anti-racist and anti-sexist epistemologies implemented in their teaching practices were pointed out in order to identify whether racism influences their presence in these spaces. Methodologically, I sought information from the postgraduate programs at the 8 colleges on the number of black and non-black teachers. To do this, I used the process of examining the portrait of the professors. In this first survey, there was a significant lack of black professors accredited to master's and doctoral programs, when compared to the other professors. In the second stage, semi-structured interviews were carried out in order to understand the trajectories and experiences of each teacher, the challenges posed in their journeys, the dimensions of structural, interpersonal and institutional racism in their educational and professional trajectories. Finally, were analyzed their actions in relation to their teaching activities in the PPGs and their contributions to the field of research in the Exact and Earth Sciences. Subsequently, based on the analysis of the four Lattes CVs, information was collected from the last five years on publications in completed research projects, published articles, participation in master's degree final exams, participation in doctoral final exams, authorship of books, authorship of book chapters, completed master's degree orientations, completed doctoral orientations, master's degree qualifications, doctoral qualifications and publications with racial themes. The research showed that there is an under-representation of female teachers in chemistry and almost no black female teachers. As far as the interviews are concerned, there are points of convergence among the four interviewees, namely that they all work in chemistry. However, there are reports of resilience, and intellectualities gained scope in most of the interviews, showing that, although there are few of them in the so-called "hard" sciences, these women act on knowledge, multiplying black representations in a way that is conscious of their actions towards society and in their respective fields of scientific activity.

Keywords: Black Women. Postgraduate Studies. Structural Racism. Institutional Racism. Individual Racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- O grupo Ganga Zumba reunido em Ponte Nova- Minas Gerais.....	14
Figura 2 - Participação da diretoria do grupo Ganga Zumba na reunião do Fórum Mineiro de Entidades Negras – FOMENE.....	14
Quadro 1- Codinomes das docentes por universidades PPGs.....	49
Quadro 2 - Trabalho com temáticas raciais.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil geral dos/as docentes que atuam nas subáreas da Ciência da Terra e Exatas no Brasil.....	22
Tabela 2 - Perfil racial dos cientistas brasileiros.....	24
Tabela 3 - Mapeamento de docentes pretas em PPGs nas Ciências Exatas e da Terra.....	41
Tabela 4 - Distribuição por gênero nos PPGs.....	46
Tabela 5 - Quantitativo de docentes por PPGs de Química e Física geral.....	47
Tabela 6 - Informações dos Currículos Lattes dos últimos 5 anos.....	84
Tabela 7 - Citações em trabalhos de pesquisas acadêmicas.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCE	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEFET-MG	Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centro De Referência Da Assistência Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FOMENE	Fórum Mineiro de Entidades Negras
FOPPIR	Fórum Pela Promoção da Igualdade Racial
GEMMA	Grupo de Pesquisa de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas
IBGE	Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística
ICEB	Instituto de Ciências Exatas e Biológicas
IQSC	Instituto de Química de São Carlos
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos e Assexuais
PPGECM	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática
UFU	Universidade Federal de Urbeândia
FOMENE	Fórum Mineiro de Entidades Negras
PPQUI/UFU	Pós-Graduação Em Química / Universidade Federal de Uberlândia
PPS	Programas de Pós-graduação.
PROFQUI	Programa de Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional
PUC/MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SCFV	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Todos os caminhos vêm de um só caminho	12
1.2. De onde nasceu essa pesquisa: um homem preto imerso na interseccionalidade de gênero, raça, classe.....	15
1.3 Contextualização da proposta desta pesquisa.....	18
1.4 Raça e racismo no Brasil	25
2. RACISMO INSTITUCIONAL: PRESENCAS E AUSÊNCIAS PRETAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.....	30
2.1 Interseccionalidade raça, gênero e classe	32
3. CAMINHOS PERCORRIDOS QUE ME LEVARAM AO ENCONTRO DAS IRMÃS PRETAS	37
3.1 Onde estão e quantas são as docentes pretas nos programas de Pós-graduação das Ciências Exatas e da Terra?.....	39
4. DIÁLOGOS E ENCONTROS COM AS DOCENTES	49
4.1 As profissionais pioneiras.....	50
4.2. Lugares de fala, quem são elas?	52
5. COMPETÊNCIAS ACADÊMICAS	62
5.1 O que há em comum e diferente nas trajetórias e vivências acadêmicas e profissionais dessas mulheres?	64
5.2 Mulheres pretas recém-doutoras em busca de trabalhos	65
5.3 Corporeidades pretas e os atravessamentos raciais e de gênero nas instituições universitárias, quando só a competências não basta!	68
5.4 Línguas estranhas: idioma do colonizador, apropriar para subverter.....	73
6. AS DIMENSÕES DO RACISMO INDIVIDUAL	76
6.1 Solidão e intelectualidade preta.....	78
6.2 A “trindade”: trabalhadoras, mães e professoras universitárias	80

7. OS CURRÍCULOS <i>LATTES</i>	84
7.1 Produções científicas e citações bibliográficas	90
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
APÊNDICES	101
APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	101
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ANÁLISE DOS CURRÍCULOS <i>LATTES</i>	104

1. INTRODUÇÃO

1.1. Todos os caminhos vêm de um só caminho

Retiro minhas energias para lutar contra o racismo das mulheres que caminharam (ancestrais) e caminham comigo. Essa proposta de pesquisa nasce das minhas experiências, enquanto homem de cor preta, classe popular e militante do movimento negro no qual as mulheres foram e são grandes definidoras do meu caminhar.

Para seguir um caminho, primeiramente, temos que sair do lugar. Decidir sair do lugar, nesse caso, é romper com antigas verdades, retirar a “viseira dos olhos” para enxergar o entorno do caminho que será percorrido. Meu caminhar teve início no momento em que despertei para existência do racismo individual e institucional que tanto sofrimento me trazia, sem que eu percebesse, durante muitos anos. O meu caminhar ao encontro do Grupo Afro Ganga Zumba me permitiu pensar o não pensado para continuar seguindo o caminho escolhido, ir ao encontro das mulheres pretas e possibilitou a construção desse estudo. Vale dizer, que o caminho foi uma construção coletiva com as mulheres do movimento negro Afro Ganga Zumba. Somente a reflexão crítica sobre a sociedade e sobre a própria condição pode fazer um indivíduo, mesmo sendo negro, enxergar a si próprio e o mundo que circunda para além do imaginário racista (Almeida, 2019).

O grupo Afro Ganga Zumba foi fundado no município de Ponte Nova há 30 anos, no bairro de Fátima. Ele foi conhecido pejorativamente, nessa época, como Sapê, local de onde saíam todas as manhãs de segunda à sábado caminhões lotados de homens e mulheres pretas para trabalhar nas lavouras de café e cana-de-açúcar no entorno de Ponte Nova. Essa comunidade foi certificada pela Fundação Palmares como remanescente de Quilombo urbano reconhecida em 2007.

O grupo Afro Ganga Zumba teve início com apresentação de dança afro-brasileira pelas adolescentes pretas da comunidade de Fátima na praça comercial da cidade de Ponte Nova: “Praça das Palmeiras”. A apresentação foi uma atividade lúdica e cultural que, para as pessoas racistas, não passavam de um “bando” de garotas pretas “querendo aparecer”. A apresentação de dança afro deu origem ao mais importante e antigo grupo de mulheres e homens negros que formam o movimento negro em Ponte Nova e da Zona da Mata mineira. O Ganga, como é chamado carinhosamente pelos integrantes, é a principal referência de

movimento negro como Herdeiros de Banzo, Grupo Zimbabwe, Família Beijo e os grupos de capoeira que compõem as principais resistências pretas em Ponte Nova (Amaral; Costa, 2020; Zeferino; Castro; Passos, 2021).

O movimento negro de Ponte Nova é composto por homens, mulheres, adolescentes, crianças e idosos. Todas essas pessoas estão inseridas em oficinas, discussões sobre temáticas ligadas ao racismo, gênero e sexismo. As mulheres militantes se fazem presentes nas instituições públicas municipais da comunidade do bairro de Fátima. Elas fomentam os debates raciais nos conselhos municipais, na Câmara Municipal, templos religiosos cristãos, em terreiros de candomblé e umbanda e ocupam o espaço público da fala e dão "seus recados". Elas são filhas, netas, sobrinhas, afilhadas das ancestrais pretas que permanecem vivas em suas memórias. São mulheres que transitam em espaços definidores de políticas públicas, cultura e lutam por direitos. Elas também estão presentes no Fórum Mineiro de Entidades Negras - FOMENE, Fórum Pela Promoção da Igualdade Racial- FOPPIR. Tais mulheres são referências de luta contra desigualdade de gênero e os vários racismos existentes no município de Ponte Nova e Zona da Mata mineira, ao lado dos homens e adolescentes negros (Zeferino; Castro, 2021).

Matilde Ribeiro (2008) afirma que o movimento negro sempre contribuiu para ampliação da participação da mulher no processo de organização das agendas de lutas, referentes as suas demandas e combates ao racismo e sexismo. Elas influenciaram decisões importantes para políticas de estado em favor da mulher preta. Elas também conduziram e participaram de várias conferências no país e no exterior.

O racismo individual ou institucional age para desqualificar quaisquer organizações políticas no qual o povo preto é protagonista. O município de Ponte Nova está coberto pela atmosfera racista, sexista e machista etc. O Grupo Afro Ganga Zumba sofreu várias tentativas de invisibilidade e apagamento durante alguns anos, mas se manteve firme. Em virtude das lutas incansáveis de bravas mulheres e homens pretos, que o grupo afro "Ganga Zumba" existe e resiste há três décadas.

O meu ingresso ao Grupo Afro Ganga Zumba, aconteceu após formação acadêmica há 18 anos, em 2006. Com a cabeça repleta de sonhos e desejos de mudar o mundo e dúvidas sobre meu lugar nele, fui em busca de referências negras, após despertar para as questões raciais aos 36 anos. Encontrei "Pedrinho e Efigênia", que são os mais antigos "gangazumbeiro (a)". Fui recebido pelos fundadores que narraram a história do grupo. O primeiro encontro foi regado por xícaras de café e muitas quitandas. Em momentos memoráveis de longas

conversas, eles me mostraram que o racismo antinegro está presente na sociedade pontenovense e lutar contra ele “vale a pena”. Logo, fui contribuir com o pré-vestibular comunitário, como orientador pedagógico.

Assim iniciou o meu processo de educação para as relações raciais no coração da Comunidade do Bairro de Fátima, na Casa Afra Ganga Zumba. Fui me envolvendo com as atividades, conselhos, presidências de conselhos municipais, participação em fórum e conferências. Todas as atividades políticas e sociais me direcionaram para as lutas, “o movimento negro me educa e educou” (Gomes, 2017, p.13).

Figura 1- O grupo Ganga Zumba reunido em Ponte Nova- Minas Gerais.



Fonte: Grupo Afro Ganga Zumba (2013).

Figura 2 - Participação da diretoria do grupo Ganga Zumba na reunião do Fórum Mineiro De Entidades Negras – FOMENE.



Fonte: Fomene (2024).

1.2. De onde nasceu essa pesquisa: um homem preto imerso na interseccionalidade de gênero, raça, classe.

A interseccionalidade é um conceito que explica parte das realidades de opressão, no qual está inserida a mulher preta. Nós, homens pretos, também sofremos os impactos da interseccionalidade, ora de forma direta, ora de forma indireta. Vejamos o exemplo: uma família preta chefiada por uma mãe solo também preta com 6 crianças, três meninas e três meninos. Ela reside na periferia de uma pequena cidade ou em uma favela nos grandes centros urbanos. Ela é trabalhadora doméstica, sai de casa aos finais das madrugadas para trabalhar no centro da cidade. Nesse caso, os filhos garotos sofrem os impactos da interseccionalidade que intencionam sua mãe e as demais mulheres da família, portanto, se uma família está na interseccionalidade, ela leva os demais membros a essa condição.

Na minha infância, durante o período da pré-escola, percebia com pouca compreensão, que as relações entre crianças de cor preta, cor branca e pessoas adultas eram diferentes. As pessoas adultas me tratavam com certo estranhamento, sempre distantes sem se envolverem afetivamente. Um exemplo de tamanha exclusão que as crianças de cor sofriam em sala de aula: as carteiras acomodavam duas crianças sentadas formando duplas, porém as crianças de cor branca tinham preferências em se sentarem com seus iguais. Assim era o mapa da sala de aula: crianças de cor preta acompanhadas de crianças de cor preta e crianças cor branca acompanhadas de criança de cor branca. As evasões escolares aconteciam frequentemente por causa desse ambiente que favorecia exclusões de crianças de cor preta. A professora de cor branca, até inconsciente, acabou por normalizar aquela situação, seu silêncio alimentou o racismo em sala de aula. “O silêncio permanente das professoras a respeito das diferenças étnicas no espaço escolar [...] confere aos alunos brancos o direito de reproduzir seus comportamentos, [racistas]” (Cavalleiro, 2000; p.54).

Frequentei de 1976 a 1982 a escola primária até o término do antigo 4^a ano. Após várias repetências, me evadi. Retornei aos 19 anos no período noturno em 1992 na Educação de Jovens e Adultos - EJA, após exaustiva jornada de 8 ou de 12 horas de trabalho como auxiliar de enfermagem em um hospital de pequeno porte da cidade onde eu morava. A função de auxiliar de Enfermagem foi realizada após experiências em outros ramos de atividades. Tenho várias experiências de trabalho em áreas distintas, como: trabalhador rural, auxiliar de pedreiro, auxiliar em serralheria etc.

Após concluir o Ensino Médio na escola pública Estadual no período noturno, optei pela graduação na área educacional em Pedagogia em uma faculdade no interior do Estado de Minas Gerais. A formação acadêmica ampliou as chances de uma vida confortável financeiramente, capacitou-me ao trabalho docente, transformou-me subjetiva e politicamente para promover mudanças coletivas, como questionar espaços radicalizados nos quais o povo preto (a) são excluídos. Compreendo que parte da sociedade brasileira é composta por pessoas que ainda carregam valores coloniais patriarcais em que homens e mulheres brancas insistem em reproduzirem relações sociais cujos padrões advêm das relações sociais escravocratas.

Em seguida, especializei-me em nível de *Lato Sensu* em “Estudos Africanos e Afro-brasileiro na PUC/Minas 2006”, onde tive contato com trabalhos de vários intelectuais negros (as) e não negros (as), dentre eles (as): Nilma Lino Gomes, Iris Amâncio, Antônio Sérgio Guimarães, Lêda Martins, Conceição Evaristo, Stuart Hall e tantos outros.

Exerci também, em Ponte Nova, a função de gestor público por vários anos como funcionário público municipal e trabalhei como supervisor pedagógico durante oito anos nas escolas públicas municipais periféricas do município. Em seguida, coordenei por quatro anos o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS localizado no quilombo urbano na comunidade de Fátima na mesma cidade e, em seguida, coordenei o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV por mais quatro anos. Estar na ponta das políticas de Assistência Social em favor da população branca, pobre e pretas empobrecidas nas instituições citadas acima, me oportunizou fortalecer ainda mais a constatação de que a população preta necessita de políticas de ações afirmativas que promovam a autonomia.

Com a participação em instâncias de debates sobre políticas públicas raciais, observei que a mulher preta está interseccionalizada por gênero, raça e cor. As pautas relacionadas às desigualdades de gênero foram debatidas em algumas realidades em que estão inseridas algumas mulheres, especificamente, a mulher de cor branca. As pessoas têm dificuldade em compreender que demandas sociais de mulher preta como desempregos e violências, necessitam de outras políticas. São demandas específicas de grupos de mulheres que não podem ser encaminhadas da mesma maneira que as demais. “A título de exemplo, um grupo de mulher transexual em desabafo durante a plenária solicitou que suas pautas fossem tratadas com respeito e seriedade, pois são pautas tão importantes quanto as outras debatidas na plenária”.

Sendo assim, homens e mulheres brancas discutiam pautas relacionadas às demandas das mulheres pretas e outros grupos sociais que não contemplavam suas necessidades reais.

Isso aconteceu durante a Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial em 27/07/2013¹, na cidade de Rio Doce - MG e na Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, realizada em 29/09/2017 no município de Caeté - MG. Durante o grupo de trabalho, pensamos e escrevemos propostas que passariam pela plenária. Formamos grupos heterogêneos para que saíssem propostas que refletissem a heterogeneidade dos grupos e suas demandas presentes na conferência, porém, não foi o que aconteceu, pois, algumas pautas não foram contempladas como, por exemplo: as políticas públicas de moradia para mulheres transexuais e comunidade LGBTQIAPN+.

Um grupo ao negar as demandas de outro grupo, enfraquece as potencialidades e diminui o protagonismo desse grupo, tornando-o invisibilizado. É uma lógica que, às vezes, é reproduzida em conferências, ou em espaços de reivindicações de direitos. Às vezes, legitimamos estruturas que não nos representa.

A ativista e intelectual Lélia Gonzáles observou e lutou bravamente para mudar algumas realidades nos movimentos negros no final dos anos 1970, que mostrava alguns aspectos herdados da estrutura do patriarcado branco, pelo homem preto. Os mesmos homens pretos que lutavam pela igualdade racial, reproduziam comportamentos de controle machista e sexista que aprenderam com o homem branco. O homem preto que fazia movimentos negros, oprimia suas companheiras e dominava as falas, deixando-as em segundo plano. Tais mulheres participavam de tarefas de menor importância política dentro do movimento, limpeza da instituição, cozinhavam e eram mantidas fora das discussões. Assim, o homem preto dominava a estrutura do movimento. As discussões avançaram e as mulheres negras foram se tornando protagonistas de suas lutas (Ratts; Rios, 2020).

Segundo Matilde Ribeiro (2008), as políticas públicas de gênero e raça energizaram a luta do movimento negro e das organizações de mulheres contra o racismo, discriminação racial e iniquidade de gênero. As questões referentes à mulher negra e povo negro rompem as fronteiras brasileiras, sendo discutidas em conferências no exterior, na III Conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e forma conexas de intolerância realizada em Durban, África do Sul, em 2003. A conferência contou com várias delegações e representantes do feminismo negro e feministas negras acadêmicas. O Pós-conferência impeliu o Estado brasileiro a implementar políticas públicas contra discriminação racial e correlatas visando diminuir a distância social e econômica. Nesse período de pós-conferência,

¹Para mais informações: <https://riodoce.mg.gov.br/index.php/noticias/item/383-prefeitura-promove-conferencia-regional-de-promocao-da-igualdade-racial>

observou-se avanços em relação às políticas compensatórias em favor do povo negro, bem como a criação de vários órgãos ligados ao governo para fiscalização de políticas de estado (Ribeiro, 2008).

Carvalho, Silva e Freitas (2018) acreditam que a entrada de homens no movimento feminista pode acarretar possíveis fissuras na estrutura de poder patriarcal e levar as mudanças definitivas no próprio movimento feminista, conseqüentemente, na sociedade. Para isso, o homem deve abrir mão de seus privilégios ligados à condição de gênero e repensarem suas posições privilegiadas na estrutura de poder, além de trabalhar ao lado da mulher em políticas para que as levem à igualdade de gênero, assim, haverá um salto qualitativo enquanto sociedade. Fissura ainda maior, ocorrerá na estrutura opressora patriarcal, quando homens fizerem do feminismo negro um “projeto político de sociedade” (Carvalho; Silva, Freitas, 2018). A participação do homem na luta feminista constitui avanços pedagógicos necessários para mudança na sociedade brasileira.

1.3 Contextualização da proposta desta pesquisa

De acordo com Bell Hooks, as docentes intelectuais e pesquisadoras pretas que trabalham em universidades enfrentam situações desafiadoras. As pessoas que não transitam nos espaços acadêmicos poderiam acreditar que as pessoas são acolhedoras. Há um esforço enorme para as aceita-las. Elas são vistas com certo descrédito pelos seus pares, porque pertencem ao grupo racial considerado inferior pela intelectualidade branca.

A resistência se verifica ao transferirem para suas produções a marca da militância, pois foram talhadas no enfrentamento das lutas contra a opressão. “A militância na academia é vista como algo negativo pela intelectualidade branca” (Bell Hooks, 1995, p.468). A militância, ao contrário do que acreditam, não desqualifica, muito pelo contrário, fortalece para enfrentamento dos racismos acadêmico.

Para Veiga (2020), mulher preta tem sua habilidade cognitiva, produções científicas frequentemente questionadas, confrontadas e desvalorizadas pelos seus pares acadêmicos. As epistemologias construídas por elas a partir de suas histórias de vida e de seu povo são ignoradas no contexto da academia. Elas trabalham incansavelmente para construírem uma epistemologia que valorize as histórias dos grupos subalternizados. Uma epistemologia que dê voz a mulher, retira-lhe da invisibilidade intelectual. A academia com sua envergadura

positivista cometera epistemicídio, pois selecionam e ignoram saberes que não seguem o formato da epistemologia europeia.

O conceito de epistemologia merece reflexão, pois remete à ideia de que somente o norte global produz conhecimentos legítimos. Ao se pretender construir conhecimentos sobre as minorias sociais, que cotidianamente lutam para forjarem saberes dentro e fora da academia, devem cogitar construir epistemologias do sul global. A herança epistemológica europeia remete à crença em um paradigma universal, no qual os homens brancos são vistos como modelos universais. Romper com esse paradigma demanda exaustiva de trabalhos intelectuais de pesquisadores e pesquisadoras pretas na elaboração de um modelo de ciência a partir das experiências dos subalternizados.

A epistemologia, derivada das palavras gregas *epistemes*, significa conhecimento e, logos, significa ciência, ou seja, é a ciência da aquisição de conhecimento e ela determina que questões como analisar e explicar um fenômeno (paradigmas) merecem ser colocadas (temas) em foco para conduzir pesquisas (métodos). Esse sentido define não apenas o que é o conhecimento verdadeiro, mas também em quem acreditar e em quem confiar (Kilomba, 2019, p.54,). Nesse modelo, o povo preto é obrigado a se configurar para se encaixar nos cânones de uma epistemologia feita a partir do outro, o branco. Assim, os (as) pesquisadores (as) pretos (as) devem criar epistemologias que considere o contexto social, geográficos, históricos e políticos nos quais os conhecimentos são construídos. Devem também criar instrumentos de coleta de dados capazes de revelar realidades sociais sem distorções. Sugiro epistemologia preta, pois tal termo significa a construção de conhecimento a partir das vivências e experiências pretas.

De acordo com a reportagem do jornal "Gênero e Número" de 2018, "Mulheres pretas com doutorado nos programas de pós-graduação configuram 0,4% do corpo docente em todo o país. Quando somadas, as mulheres pretas e pardas com doutorado, que formam o grupo das negras, não chegam a 3% do total de docentes. O grupo com maior representação na docência de pós-graduação é o dos homens brancos com doutorado (13.198), o que representa 24%. Já as professoras brancas, com a mesma escolaridade na docência, são um pouco mais de 10 mil, ou 19% do total de 53.995 professores nos cursos de doutorado, mestrado e especialização”.

Ainda de acordo com a mesma reportagem, a presença de mulheres e mulheres pretas nas áreas das Ciências Exatas ou Engenharias são baixas quando comparada à presença de homens. Na relação de bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, as mulheres representam 35% do total de bolsistas que receberam para

pesquisar nas áreas das Ciências Exatas e da Terra ou nas Engenharias. Entre essas, as pretas são apenas 4% e as pardas são 22%.

De acordo com a reportagem da Folha de São Paulo realizada em 2021, o corpo docente das universidades localizadas nos estados da região sul do país, Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, 94% são brancos, incluindo homens e mulheres, enquanto somente 6% são pretos. Os professores pretos aparecem com maior representatividade no centro oeste com “31%” e na região sudeste, somente “13%”. O diagnóstico de raça na educação superior ainda é impreciso, pois faltam informações e nem todos os professores declararam sua cor.

Ana Lucia Nunes Sousa *et al.* (2021), ao pesquisar sobre a atuação das mulheres cientistas e docentes na área da saúde credenciadas aos - PPGs em duas universidades públicas do estado do Rio de Janeiro, buscou compreender as ‘ausências e presenças’ das mulheres pretas nos departamentos de ciências da saúde. Ela aponta um número maior de docentes pesquisadoras “negras” em relação aos pesquisadores “negros²” em cursos de baixo prestígio social e acadêmico, como: Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, e Professoras das Séries iniciais. Nos cursos de auto prestígios sociais e acadêmicos, mesmo em quantidade incipientes, foram encontrados homens pretos na Medicina e suas especializações (Sousa *et al.*, 2021).

Maria Simone Euclides (2017), em sua tese de doutoramento, afirma que as escolhas de cursos superiores por mulheres negras são pragmáticas. Suas ações educacionais são planejadas e realizadas considerando as condições estruturais: moradias, alimentação e saúde. A escolha dos cursos superiores e horários devem sempre conciliar com outras ocupações laborais remuneradas além das atividades acadêmicas, pois precisam arcar com os custos das despesas mensais.

O tecido social estruturado sobre valores do patriarcado branco no Brasil desde o império colonial estabelece um modelo de relações sociais entre homens e mulheres na atualidade nos domínios privados e nas relações sociais institucionais. Os valores do patriarcado branco, juntamente com o racismo estão presentes dentro das instituições universitárias públicas. Por consequência, acredita-se que a mulher branca é mais bem acolhida pelos pares acadêmicos, enquanto a mulher preta é invisibilizada e mal acolhida. O

² Grupo compostos por pretos e pardos e suas nuances.

existir como mulher preta em instituições radicalizadas, onde a branquitude é sinal de competência, a coloca em desvantagem em relação à mulher branca.

No Brasil, o racismo atravessa as relações sociais enquanto estrutura consolidada. Partindo dessa constatação, a presente pesquisa buscou compreender, como as docentes pretas transpuseram as barreiras impostas pelo racismo institucional e construíram carreiras acadêmicas nas universidades públicas em duas grandes áreas, sendo elas: Ciências Exatas e da Terra.

Para auxiliar nessa compreensão, foi utilizado a categoria analítica interseccionalidade e teoria crítica da raça, Como embasamento teórico, utilizou-se as autoras: Bell Hooks, Djamila Ribeiro, Grada Kilomba, Nilma Lino Gomes, Patrícia Hill Collins e Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez. Os autores - Pierre Bourdieu (noção campo capital científico) e Silvio Almeida (Racismo estrutural), Florestan Fernandes (Democracia Racial), Kabengele Munanga (teoria social da raça) entre outros.

A partir dessas análises, buscou-se responder às seguintes questões: como está a representatividade de docentes pretas nos programas de pós-graduação nas áreas das Ciências Exatas e da Terra nas universidades públicas federais localizadas e no estado de Minas Gerais? Como são constituídas as trajetórias profissionais de docentes pretas que atuam nos PPGs nas áreas das Ciências Exatas e da Terra? Que tipo de enfrentamentos as docentes enfrentam neste espaço social? Quais são as estratégias adotadas no que tange à operância do racismo e sexismo? Que tipo de saberes as intelectuais elaboram no campo das Ciências Exatas e da Terra? E, por fim, os saberes se articulam com as questões raciais e de gênero?

Algumas áreas do conhecimento ainda são menos acessadas por docentes pretas. Portanto, a relevância desta pesquisa consiste em contribuir e ampliar a compreensão de gênero raça/cor na educação superior nas PPGs, direcionando as análises para as práticas de professoras pretas. As docentes, de maneira, geral são sub-representadas, porque sofrem impacto da discriminação de gênero. Entretanto, sobre as docentes pretas, especificamente, há interseccionalidade que impacta, sem dúvida as trajetórias educacionais e profissionais direcionando-as às outras áreas de atuação profissional de menos prestígios.

Gomes (2005) e Cavalleiro (1995) apontam em seus estudos, que tratam das trajetórias de estudantes negros e negras, que a passagem pela graduação acontece em meio aos percalços causados pelas incertezas, evasões e rupturas. O racismo interfere nesse caminho, pois a ideia de incapacidade intelectual e baixa autoestima é recorrentes entre o alunado (a) negros (as) forjada pelo racismo institucional.

Foi utilizado a categoria "nativa raça" neste trabalho de pesquisa, porque a categoria é usada pelas pessoas no cotidiano das relações sociais para discriminar grupos baseada na ideia de raça. O conceito de raça traz outras dimensões importantes para as discussões da temática racial que vão se revelando a partir da expansão da socialização dos indivíduos. No Brasil, a classificação racial se realiza por meio do "fenótipo". Quanto mais clara a tonalidade de pele da pessoa, maiores as chances de ser classificada como branca e ter possibilidade em ambientes radicalizados. Em oposição, quanto mais escura a pele da pessoa, maiores chances ela terá de ser classificada como preta e, conseqüentemente, ter a sua corporeidade estigmatizada e inferiorizada (Guimarães, 2003; Munanga, 1998).

É importante o conceito de raça para pensar sobre o racismo no Brasil. Inicialmente, o conceito de raça foi construído a partir da "raciologia" (Munanga, 1998), que considera as características biológicas para classificar e discriminar seres humanos em inferiores e superiores. E a sociedade antirracista se originou da negação da raça enquanto definidora de superioridade e inferioridade dos seres humanos. Guimarães (1999) orienta que a raça deve ser usada sim nos trabalhos acadêmicos com todo o potencial crítico e analítico, pois ela existe no mundo social, além de ser usada para classificar e identificar seres humanos.

Tabela 1 – Perfil geral dos/as docentes que atuam nas subáreas da Ciência da Terra e Exatas no Brasil.

Subáreas	Mulheres	Homens
Astronomia	18%	82%
Ciências da computação	20 %	80%
Probabilidade Estatísticas	30 %	70%
Física Geral	15%	85%
Geociências	27%	73%
Matemática	24%	76%
Oceanografia	33%	67%
Química	37%	63%

Fonte: Adaptada do GEMAA- Grupo de Pesquisa de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas, 2018. Disponível em <https://gemma.iesp.uerj.br/infografico/mulheres-na-ciencia-brasileira/> realizada pelo GEMAA.

Como se pôde constatar, de acordo com os dados expostos acima, das 8 subáreas das Ciências Exatas e da Terra, as mulheres aparecem sub-representadas em relação aos homens. Os dados³ trazem um panorama geral da atuação das mulheres nesse campo científico. Nas áreas de Físicas Gerais, as mulheres são 15% e homens 85%, Astronomia elas aparecem em 18%, enquanto homens 82%, Ciências da computação 20% mulheres e 80% homens.

Em estudo realizado por Fernanda Aparecida Souza e Silvane dos Santos Valentim (2020) da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, observou-se um número menor de participação de professoras autodeclaradas pretas que atuam como docentes nos programas de pós-graduação da mesma universidade, e que há a ausência de mulher preta nas grandes áreas da Ciências Exatas e da Terra em relação às professoras autodeclaradas brancas, pois estas estão presentes, mesmo em números reduzidos em todas as áreas do conhecimento nas PPGs. As docentes autodeclaradas pretas são sub-representadas nas áreas do conhecimento científico pesquisada: constata-se que das 9 áreas do conhecimento da UFMG, a saber: Linguística, Letras e Artes, as Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias interdisciplinar, não identificou-se qualquer professora autodeclarada preta nas Engenharias, nas Ciências Exatas e da Terra, nas Ciências Agrárias e na Interdisciplinar. E mesmo nas áreas em que foi possível verificar certa representatividade desse grupo, os números encontrados são ínfimos (Souza; Santos, 2020).

Ademais, esta pesquisa sobre trajetórias e vivências acadêmicas e profissionais de docentes pesquisadoras de cor preta buscou trazer notoriedade acadêmica de mulher preta docente que atue nos programas de PPGs de mestrado e doutorado, de modo a contribuir para rompimento com o “epistemicídio científico” (Carneiro, 2020), pois este provoca o apagamento dos conhecimentos produzidos por pesquisadoras de cor pretas que fazem ciências dentro das universidades públicas.

Pesquisadoras como Sueli Carneiro, Joselina Silva, Patrícia Hill Collins e tantas outras acadêmicas teorizaram suas próprias trajetórias e experiências de mulheres pretas docentes e pesquisadoras dentro das universidades brasileiras. Elas rompem, por meio da escrita, os silenciamentos epistemológicos impostos a elas e a outras minorias que lutam contra a tentativa de aniquilamento epistêmicos e de expulsão de seus corpos do espaço de produção de conhecimentos. Suas escritas, às vezes, fogem dos padrões instituídos pelas academias,

³ Os dados estão agregados por cor e raça.

mas nem por isso deixam de constituir conhecimentos legítimos, pois questionam e criticam o sistema que faz todos os esforços possíveis para que seus pensamentos caibam dentro da estrutura a qual a elite de intelectuais brancos tenta preservar (Bueno, 2020).

A experiência nasce das vivências cotidianas, quer dizer, do vivido, do refletido. Por meio da escrita em primeira pessoa, a autora Grada Kibomba revela e reflete suas experiências com o racismo institucional e individual. Ela acessa, na memória coletiva, as experiências dos encentrais pretos com o racismo e, na memória individual, suas vivências cotidianas com o racismo antinegro e sexismo. Ela também ressignifica falas racistas tão recorrentes nas suas relações sociais cotidianas. Com isso, mostra como o racismo e discriminação por gênero e suas dimensões continuam presentes no micro e macro das relações sociais. São vivências refletidas com enunciados racistas e machistas que são transformados em experiências ao serem narrados. Neste caso, a experiência seria a junção de lembranças, eventos cotidianos e memórias coletivas que trazem experiências dos encentrais (Kibomba, 2019).

Com esta pesquisa pretende lançar luz sobre as trajetórias acadêmicas improváveis de docentes e pesquisadoras pretas, mostrando como os conflitos envolvendo gênero/raça atravessaram as vivências acadêmicas e profissionais das docentes das PPGs em áreas de pesquisa ditas culturalmente como áreas masculinas. A intenção é mostrar, por meio de dados, que mulheres negras produzem ciência de qualidade.

Tabela 2 – Perfil racial dos cientistas brasileiros.

Cor /Raça	Mulheres	Homens
Amarela	1,2%	1,2%
Branças	29,2%	60,9
Pretas, Pardas indígenas	2,5%	4,9%

Fonte: Adaptada da Gemma.

A tabela mostra que 60,9% dos homens brancos fazem pesquisa no Brasil, seguido por mulheres brancas 29,2%. Eles estão em 31,7% a mais que pessoas de seu grupo racial, no caso, mulheres brancas. Homens e mulheres amarelos mantiveram inalterados 1,2%. Às categorias raciais agregadas pretas, pardas e indígenas homens somam 4,9% e mulheres 2,5%. Neste grupo racial mulheres também são sub-representadas. Agregando os dados de mulheres

representadas pelos grupos raciais amarelos, pretos, pardos e indígenas somam-se 3,7%, homens representados pelo grupo racial amarelos, pretos, pardos e indígenas 6,1%. Diante disso, admitimos, sem sombra de dúvidas, mediante os dados expostos, que a ciência brasileira é branca, que outros grupos raciais importantes na composição da população brasileira estão fora do universo da pesquisa enquanto pesquisador.

Nesta pesquisa, especificamente, foi traçado o perfil racial das docentes pretas credenciadas nos PPGs das universidades públicas federais do Estado de Minas Gerais; identificar quais motivos determinaram a escolha dos cursos nas áreas das Ciências Exatas e da Terra para graduação e pós-graduação; entender os impactos de gênero/raça/cor sobre as trajetórias acadêmicas e profissionais das docentes; verificar se as produções científicas contemplam temáticas raciais e de gênero e se elas contribuem para a promoção da igualdade de gênero e raça no meio universitário.

1.4 Raça e racismo no Brasil

De acordo com Guimarães (2003) e Munanga (1998), o conceito de raça não remete a uma realidade natural. Estudos sobre genética provaram que não existem diferenças biológicas que justifiquem classificações hierárquicas dos seres humanos em raças superiores e inferiores. Racializar os povos existentes nas colônias recém descobertas foi uma das ferramentas eficazes do colonialismo para dominá-los, portanto a raça originou-se da perspectiva dos colonizadores, a partir de suas visões de mundo, tendo como referência povo europeu. Se raça não existe como realidade natural entre a espécie humana, o que é raça então? Raça é uma “categoria fictícia ou raças sociais” que sustenta o racismo, sistema de opressão no qual a raça é o eixo principal.

Guimarães (1999) acredita que ideia de raça surgiu a partir dos estudos sistemáticos denominado de raciologia. Para a raciologia, existem características morfológicas hereditárias na espécie humana que permitem separá-las em grupos menores, em raça. Essa divisão considerou que todos os membros de uma determinada raça compartilhem algumas características morfológicas semelhantes, como cor da pele, cabelos, nariz, espessura dos lábios, e algumas tendências psicológicas e morais diferentes de membros de outras raças. O racismo para o autor apresenta-se em dimensões: racialista, psicologia/morais e estrutural. A racialista firma-se na dimensão fenotípica. A psicológica é vista como o caráter frágil e

volúvel dos negros, moral duvidosa e baixo rendimento intelectual e estrutural de desigualdades sociais e econômicas entre raças.

Os pressupostos da raciologia são utilizados até hoje para sustentar ideologias nacionalistas como aquela que deu origem ao racismo científico na Europa, que transgrediu direitos humanos e humanidades fundamentais. A ideia de superioridade e inferioridade das raças, cunhadas a partir da biologia, mantém o racismo robusto e nota-se que somente existe racismo, porque a ideia de superioridade de raça “tradicional” permanece no imaginário dos brasileiros.

O racismo pertence ao sistema de ideologia que contribui para sustentar a estrutura da sociedade e do Estado. Nas relações institucionais governamentais e não governamentais, o racismo opera de maneira sofisticada, quase imperceptível aos olhares de pessoas que não foram educadas para percebê-lo nas relações sociais cotidianas e institucionais. Conforme ressalta (Almeida, 2019), o racismo é meticuloso, dissimulado, porque consegue difundir falsa ideia de igualdade de oportunidades, no qual contaria de fato a ideia de mérito - capacidades intelectuais de cada um.

Numa sociedade desigual e radicalizada, as desigualdades sociais são estruturais. Não se pode acreditar como querem os meritocratas, que alguns negros que construíram trajetórias acadêmicas e profissionais ascendentes conseguiram tão somente por méritos. Os negros que conseguem ascender por esforços próprios, não conseguem transferir seu capital social para o grupo racial ao qual pertence, dito de outra maneira, a ascensão individual não provoca o empoderamento coletivo de um grupo. Apesar de usufruírem de uma situação economicamente confortável, ainda não possuem relevância politicamente social, pois não fazem parte do processo decisório, porque são considerados sem importância, grupos descartáveis. Nessa sociedade radicalizada, a ascensão individual serve apenas para reforçar o mito da democracia racial e ideologia do mérito (Carneiro, 2020).

O racismo estrutural brasileiro se mostra quando se observa que nas esferas de poder, os negros não fazem parte, como na política ou em cargos de liderança. As estruturas oficiais são reservadas aos grupos de pessoas brancas privilegiadas que colocam grupos desfavorecidos em constantes desvantagens sociais. Desta forma, a ausência de pessoas negras (pretas e pardas) em algumas instituições ou em espaços de poder, é justificada pela narrativa da meritocracia, que parte da ideia que todos os indivíduos têm as mesmas oportunidades. Os meritocratas não consideram que, da maneira como foi engendrada, na

sociedade brasileira somente grupos representados por pessoas brancas gozam dos privilégios sociais e econômicos.

Os racistas estão sempre numa relação privilegiada de poder. Por causa da característica estrutural, o racismo transversaliza a vida social, afetiva, profissional determinando oportunidades e privilégios. O racismo individual acontece todas as vezes que há tentativa de invisibilizar o negro (a) ou negar sua humanidade e existência no mundo. Cida Bento (2022) fala que a elite branca brasileira herdou os privilégios sociais e econômicos dos trabalhos de homens e mulheres escravizados. Ainda de acordo com a autora, a branquitude frequentemente nega as vantagens sociais ao acreditar que seu sucesso vem do próprio mérito.

De acordo com Munanga (2003), para a população negra, desde o escravismo, foram criadas narrativas de modo a mantê-la em lugar de subalternidade em relação à população branca; logo, séries de estereótipos foram lhe atribuídos para sustentar essa condição. Retirar-lhe a humanidade e negar a existência do racismo foram estratégias para lhe impedir o protagonismo. Mesmo com o trabalho de manutenção da estrutura racista por ideologias e dispositivos de poder, o povo preto continua reagindo e buscando meios para enfraquecer o racismo estrutural através dos dispositivos legais de ações afirmativas e ativismo acadêmico (Munanga, 2003).

O racismo contra pessoas pretas advém da “discriminação racial” que vem promovendo iniquidades. A discriminação faz com que o racismo se manifeste e impacte na vida do “discriminado” e o sujeito “discriminador” está sempre em posição de poder e opera mecanismos que impactam negativamente a vida dos “discriminados”, portanto, a discriminação racial é intencional, pois visa manter herdeiros da aristocracia branca no poder (Fernandes *et al.*, 2006).

De acordo com Lopes (2005), o racismo brasileiro discrimina a partir do fenotípico. Neste sentido, antes de qualquer dimensão do ser, para pessoas negras, a cor da pele e seus traços chegam primeiro e os nomeiam de modo inferiorizante. O preconceito traz a ideia de inferioridade que desqualifica os sujeitos e grupos radicalizados, portanto, o preconceito está no campo cognitivo, porque engendra imagens mentais que desumanizam os sujeitos pretos. Os pensamentos formulados na mente dos sujeitos preconceituosos se exteriorizam para relações sociais e ações concretas de discriminação.

Há dificuldade em combater efetivamente o racismo no Brasil, como nos diz Silvio Almeida e isso se dá de modo muito peculiar devido a permanência da ideologia da “democracia racial”. A miscigenação possibilitaria a convivência pacífica entre pretos e

brancos no Brasil pós- abolição. Essa ideia de suposta igualdade racial não considera outros tipos de igualdades como a econômicas, políticas e jurídicas que diferenciam os tratamentos de pretos e não pretos na sociedade brasileira. A narrativa de igualdade racial entre pretos e brancos encobre os verdadeiros conflitos originados a partir da noção de raça, na qual originou-se o racismo contra pretos/as, preconceitos e discriminações raciais. A falácia da democracia racial foi denunciada pelo movimento negro que negou sua existência qualificando-a como “mito” da igualdade racial, porém sua permanência segue latente nas nossas cotidianidades (Almeida, 2019).

Para Sueli Carneiro (2020) A suposta democracia racial, tão defendida por Freyre, desprezou que a convivência harmoniosa não passou de dominação racial e sexual do homem branco sobre a mulher preta escravizada. Durante “cinco séculos”, o homem branco obrigou o homem preto a assistirem à apropriação à força de suas mulheres e filhas para atos sexuais não consentidos. A negação de raça biológica e dos estupros contra mulheres negras coloniais não acabam com a existência do racismo, pelo menos no Brasil. O racismo e outras formas de opressões continuam nas relações sociais individuais e institucionais. Neste país, o racismo é persistentemente negado nos discursos públicos, comportamentos individuais e institucionais e nos discursos dentro das escolas por professores e profissionais da educação.

As escolas são instituições que ainda reproduzem padrões de relações raciais desiguais em seu interior. Assim, o ambiente escolar se torna desfavorável às crianças, nas quais a estética distancia da considerada ideal num espaço racializado, onde o branco é a referência principal de humano. As crianças de cor preta passam a conviver com o racismo desde a pré-escola. Assim, desde a infância, as crianças pretas sentem-se inadequadas nos ambientes escolares. Por falta de acolhimento⁴ da escola e pela falta de reconhecimento em suas singularidades, as crianças pretas aprendem desde cedo a resistir e existir em ambientes hostis onde suas existências são constantemente negadas (Cavalleiro, 2000).

A mesma autora avança na crítica, afirmando que a escola reproduz valores de grupos racialmente privilegiados, ao silenciar diante de situações humilhantes disfarçadas de brincadeiras ingênuas ou “consideradas como brincadeiras de crianças”. As não intervenções das professoras e o silêncio ensurdecido fortalecem relações desiguais, porque não

⁴ Um bom acolhimento da comunidade acadêmica, determinará a sobrevivência e permanência dos estudantes nos contextos universitários. À medida que as minorias silenciadas ocuparem os espaços das universidades, como discentes, docentes e pesquisadores, propondo epistemologias, questionando as instituições universitárias nos espaços de exercício de poder dos grupos de elites brancas, a universidade se transformará e tornará um lugar que comportará diversidades de brasileiros.

problematizam os conflitos raciais entre infantis. Assim, a escola é um espaço onde os corpos infantis pretos transitam aleatoriamente invisibilizados em busca de reconhecimento de suas humanidades.

O silêncio no ritual pedagógico leva aqueles (as), no caso os professores que deveriam problematizar questões de conflitos raciais dentro dos espaços privilegiados que são as escolas, a promover uma espécie de abandono as crianças pretas que necessitam de proteção contra desumanização impostas pelos xingamentos e chacotas. Romper o silêncio pedagógico, que se produz por traz dos muros das escolas, somente com diálogo constante com os silenciados, principalmente em datas marcantes para as lutas antirracistas (Gonçalves, 1985).

O racismo, de modo geral, impacta negativamente na identidade de mulheres e homens e crianças pretas (os) obrigadas (os) a experimentá-lo e por causa de seu potencial destruidor, tem efeitos nefastos. As feridas abertas pelo racismo parecem que jamais cicatrizarão, permanecerão abertas sempre. Como salientou Campos (2017), o racismo não se originou do nada, teve origem na ideia de raça. O racismo possui várias camadas, por isso, para compreendê-lo, torna-se necessário retirar as camadas por camadas e analisá-las. Hoje, por exemplo, temos o racismo cibernético (que acontece pelas redes sociais), racismo recreativo (com intuito de provocar humor ao colocar a pessoa preta em situação geradora de riso), racismo imobiliário (quando há recusa em alugar imóveis para pessoas de cor preta em determinados bairros das cidades) e racismo durante a partida de futebol (racismo manifestado contra jogadores durante as partidas de futebol). O racismo manifestado em estádio de futebol tem longo alcance, pois expõe a vítima mundialmente e aniquila identidade perante o mundo.

Atualmente, o Brasil parece que quer se afirmar como um país racista, pois temos “mulheres agredindo motoboys pretos, pessoas pretas são agredidas fisicamente em supermercados, policiais eliminam corpos indesejáveis em comunidades etc.”. Por isso, é hipocrisia negar que não existe racismo no Brasil ou que ele não faz parte da convivência entre as pessoas. Por causa da negação, ele ainda permanece atravessando trajetórias escolares, acadêmicas e profissionais, demarcando lugares e não lugares para a população negra e não negra (Portes, Regueira; 2023).

2. RACISMO INSTITUCIONAL: PRESENÇAS E AUSÊNCIAS PRETAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.

De acordo com Bourdieu (2003), o (a) estudante preto (a) que ingressa numa universidade e permanece, mesmo em meio aos vários percalços, deve obrigatoriamente possuir *habitus*. Este é um sistema de disposições duráveis instalado no pré-consciente incorporado pelos agentes. O *habitus* também se adapta às dimensões estruturais do campo, ou seja, ao sistema de valores inerente a ele. O *habitus* é fortalecido no campo, como o próprio Bourdieu disse, o “*habitus* é uma estrutura, estruturada e estruturante”. Os agentes incorporam o *habitus* por socialização primária, e no processo de socialização ampla. O *habitus*, quando incorporado, pode ser verificado em qualquer ação de improviso de um agente.

Assim, as instituições públicas e privadas são campos sociais racializados. Nesses campos, abrigam homens e mulheres brancos, herdeiros de *habitus*, pertencentes aos segmentos sociais privilegiados historicamente. Esses agentes, inseridos nos campos, tendem a autorizar a entrada de “novos integrantes” e, ao mesmo tempo, garantir a permanência dos veteranos. Sempre foi assim, os ingressos devem aprender a “jogar o jogo” ocupar posições; os antigos jogadores devem aprimorar e atualizar as regras do jogo para alcançarem posições cada vez melhores dentro dos campos. Eles criam barreiras simbólicas nas quais somente determinado grupo conseguirá adentrar-se (Bourdieu, 2005).

O *habitus* é importante para a movimentação dos agentes dentro do campo, porém deve-se considerar que raça também influencia na dinâmica dos agentes dentro do campo e determina posições. *Habitus*, raça e suas dimensões também são usadas pelos veteranos para selecionar os ingressos no campo. Quem cria os códigos e normas que caracterizariam o *habitus* ou a dimensão de “dominação da norma”, são aqueles que detêm os meios de construção destes códigos. Isto é, grupos que secularmente possuem determinados poderes sociais, e para além disso, dentro de uma esfera de privilégios na qual cor/raça, legitimam esses *locus*.

Os grupos de homens pertencentes à elite desse país mantêm-se no poder nas grandes organizações públicas e privadas por meio do pacto institucional e coletivo “pacto de branquitude” (Cida Bento, 2022). Por meio do pacto, são garantidos aos iguais, filiações aos grupos corporativos. Esses grupos estão no comando das instituições garantindo permanências de seus pares anos a fio. Com esse pacto, é garantida aos descendentes lugares nas instituições e os privilégios, isso garante que pequenos grupos sociais privilegiados estejam

sempre comandando as instituições. Esses grupos são responsáveis ou autorizados a tomar decisões importantes nas instituições, definem políticas internas às organizações. Existem seleções baseadas em gênero e raça no pacto de autopreservação desses grupos e às vezes, por pressões sociais, ou imposições de leis, as instituições adotam falsos processos de admissão supostamente democráticos, mas, no fundo, operam ações perversas que afunilam rigorosamente quem entra. Esse funil funciona como controle, que, às vezes, deixa passar alguns “gatos (as) pingados (as)” para sustentar a narrativa de meritocracia tão presente no discurso desses grupos. As instituições afirmam que possuem políticas de paridade de gênero, porém, majoritariamente, os corpos que transitam em seus interiores são corpos de homens e mulheres brancas (Bento, 2022).

O campo composto pelas universidades públicas é um dos espaços de produção de conhecimentos científicos. No campo científico, as grandes áreas e subáreas estão dispostas hierarquicamente, cada uma com o seu valor simbólico e as posições dos pesquisadores no campo científico são proporcionais ao acúmulo de capital científico apropriados ao longo das carreiras, aliás, quanto mais tempo nesse campo, mais acúmulo de capital científico, mais visibilidade entre seus pares. O que define as escolhas dos agentes pelas áreas de pesquisas é o seu valor científico, mas as dimensões gênero/raça/cor atravessam essas escolhas (Bourdieu, 2003).

Paralelamente a essa apresentação das relações de poder no espaço social, apresentado anteriormente, tendo como referência os estudos de Bourdieu quando inserimos a categoria raça no debate e análise dos espaços de prestígio e de poder, nota-se escancaradamente, como a população preta é a mais propensa a não fazer parte deste jogo. As famílias pretas oriundas de um passado escravocrata ainda carregam os desprivilegiados de outrora, que racismo e implica neste campo social.

Para além da dimensão racial, quando inserimos o marcador gênero, é ainda mais contundente o racismo estrutural no Brasil, pois o gênero e suas dimensões também são estruturais. Ao trazermos a iniquidade de gênero para o debate, também devemos compreender que a desigualdade de gênero, assim como o racismo, atravessa as relações sociais mais elementares, como na convivência doméstica. O poder patriarcal, que antes circunscrito aos ambientes domésticos, atualmente encontra-se difundido nas estruturas de poder do Estado e instituições públicas, incidindo em trajetórias acadêmicas e profissionais de mulheres pretas.

Nas universidades privadas e públicas, há confluência de espaço de confinamento racial ao qual se refere à presença maciça e naturalizada de pessoas brancas, sobretudo, homens brancos que ocupam cargos de chefia. O isolamento dos profissionais docentes pretos

(as) nas universidades é crônico. De acordo com Sueli Carneiro (2007), há ausência de debates entre os intelectuais brancos acadêmicos acerca das ausências negras em espaço de poder. Nas universidades públicas há um silêncio sobre isolamento racial imposto aos intelectuais negros (as) que trazem para o centro do debate reflexões e críticas sobre a presença maciça e naturalizada de homens brancos que ocupam cargos de chefia.

Há um silêncio! Os pesquisadores e as pesquisadoras brancas das universidades que produzem conhecimentos, acerca das ausências negras, não questionam as desigualdades raciais na sociedade brasileira, aliás, negligenciam e naturalizam as ausências de professores pretos (as) que exercem a docência e realizam pesquisas (Carvalho, 2007).

Em 2014 foi sancionada a Lei de número 12.990/2014 que obriga reservar 20% das vagas para candidatos negros que concorrem às vagas em concursos públicos federais para provimentos de cargos em instituições universitárias públicas. Essa Lei, fruto da agenda dos movimentos negros, constitui o avanço no sentido de promover equidade racial aos cargos docentes. A Lei promoveu algumas mudanças na estrutura das universidades públicas brasileiras, pois atualmente é possível observar uma universidade mais plural.

Os concursos públicos que preveem cotas para homem e mulher negros e negras propõem distribuí-las democraticamente, porém não garante paridade de gênero. As políticas públicas que não interseccionam, possuem chances de não avançarem no sentido de promover a equidade de raça e gênero. Além disso, é preciso que as instituições públicas cumpram de fato a legislação. Infelizmente, mesmo com a existência da lei, algumas instituições universitárias públicas ainda resistem em implantarem as cotas nos concursos.

Todas as mudanças tiveram origem com a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que prevê 50% reservas vagas a serem preenchidas por autodeclarados (as) pretos (as), pardos (as) e indígenas. E quilombolas São políticas que deverão ser avaliadas propositivamente. Porém, ainda falta avançar no sentido de interseccionalizar a Lei e saber fazer o recorte de gênero/raça na distribuição de vagas em concursos para docentes e no vestibular.

2.1 Interseccionalidade raça, gênero e classe

As feministas negras norte americanas contempladas neste estudo, Collins, Crenshaw e Hooks analisaram as opressões que as mulheres pretas sofriam. Essa pauta não era considerada importante pelas sufragistas brancas no início da luta feminista. Elas consideravam o “patriarcado” a única forma de opressão entre as mulheres. Com a evolução

dos estudos sobre gênero, as intelectuais citadas acima, mostraram que a mulher preta está sujeita a opressão marcada pela raça (Ribeiro, 2019).

De acordo com Piscitelli (2009), a categoria analítica “mulher” foi desenvolvida pelas feministas em 1960, da chamada segunda onda do feminismo. O conceito de patriarcado antes usado para referir universalmente a opressão imposta à mulher pelo homem, foi duramente criticada por elas. No decorrer do tempo, o poder patriarcal se tornou inoperante teoricamente, algo vago, impreciso e trazia a ideia de subordinação da mulher ao homem como algo natural, mas nenhuma forma de opressão é natural, portanto, pode ter fim. As estudiosas desenvolveram ferramentas conceituais para desconstruir o caráter natural e imutável da opressão contido no conceito de patriarcado. Para isso, desenvolveram a categoria analítica de gênero.

O grupo de mulher branca e preta experimenta situações negativas comuns por serem mulheres, no entanto, as opressões de gênero incidem com mais pressão sobre a mulher preta. A raça complexifica ainda mais a vivência e trajetória de mulher preta, dificultando sua mobilidade social. Por mais difícil que seja a mobilidade, para a mulher branca, o fato de ter tez clara, a favorece. Já para a mulher de tez preta, foram impostas outras realidades, quando comparadas mulher de tez branca. Por exemplo, enquanto a mulher branca busca instrução universitária rompendo algumas barreiras impostas pela estrutura de poder patriarcal, a mulher preta assume função de empregada ou babás nas residências de mulheres brancas que buscam a emancipação. Essa “dinâmica” social prevalece desde o escravismo, com novas roupagens, mas mulher preta ainda se encontra impregnada de estereótipos racistas. Às vezes, elas abrem mão da maternidade para criar filhos de famílias abastadas como empregadas domésticas ou babás. A emancipação possui significado diferente para cada grupo de mulher, pois, enquanto as mulheres pretas periféricas vendem suas forças de trabalho, a mulheres brancas mobilizam para ocupar lugares na estrutura de poder e comandos (Gonzales, 1984).

Raça, gênero e cor juntamente com outras formas de identidades sociais, diminuem as oportunidades de ascensão social aos indivíduos, assim como seus destinos sociais. Gênero, raça e cor são marcadores sociais de diferença, que impactam negativamente o coeficiente simbólico dessa população nas instâncias públicas de poder. A sociedade é racista, machista, e, neste sentido, ser mulher e de cor preta é condicionante que complexifica, mais ainda o acesso ao poder desse grupo em algumas profissões.

Crenshaw (2000) cunhou a categoria analítica de interseccionalidade no âmbito do direito para auxiliar na compreensão da complexidade dos cruzamentos das opressões que se entrelaçam e se complementam sincronicamente sobre a mulher de tez preta. Para Collins e

Bilge, (2021) a categoria é também metodológica, porque permite localizar as opressões e transformá-las, portanto, do ponto de vista teórico, a interseccionalidade pode ser aplicada para analisar outras identidades de gênero que se entrelaçam, como raça, gênero e classe social, dentre outros.

A interseccionalidade como categoria analítica e metodológica pode ser aplicada para analisar e intervir em qualquer espaço, a exemplo, universidades. Cada mulher ou grupo de mulher vivenciam opressões de maneira diferente, por isso é preciso considerar a interseccionalidade como um caminho analítico e político, pois, por meio da análise e intervenção no destrinchamento das opressões produzimos discursos e ações, raça e gênero são identidades sociais que arrastam outro tipo de opressão (Collins; Bilge, 2021).

As opressões interseccionais são estruturais oriundas da estrutura da sociedade brasileira no qual gênero e raças dão origem a outros tipos de opressões. Por pertencer a uma sociedade racializada, a mulher preta está sujeita ao trabalho precarizado, mesmo algumas possuindo formação superior, porém são profissionalmente desvalorizadas. A mulher preta “de um jeito ou de outro” está sempre interseccionalizada em algum tipo de opressão, porque a raça determina isso.

Silva (2021), ao analisar a escrita de Carolina Maria de Jesus em “O quarto de despejo, diário de uma favelada”, obra interdisciplinar de grande relevância na literatura afro-brasileira, afirma que a escritora subverte os cânones literários com escrita simples, carregadas de subjetividade e impondo seu “lugar de fala”. Carolina Maria de Jesus é mulher interseccionalizada por raça/classe/gênero. Ela consegue falar com seus leitores (as), ser ouvida e ser ressignificada por eles (as). Ela rompe com a invisibilidade imputada à mulher preta deste país, onde a raça hierarquiza as relações e determina qual o lugar social que pessoas pretas devem ocupar. Ela também denuncia a marginalização territorial, ou seja, o racismo territorial em aglomerados, favelas onde vive o povo preto que foi empurrado para as franjas das grandes cidades compondo os grandes bolsões de pobreza e carecendo da presença do Estado. Carolina quebra o silêncio e fornece ao povo brasileiro uma escrita que denuncia o racismo interseccional.

A interseccionalidade tem aspectos importantes a serem considerados como a coalizão. Para que haja coalizão verdadeira, grupos interseccionalizados devem falar sobre as opressões que sofrem, apontarem caminhos e direções para saírem das situações que os oprimem. A coalizão nasce do diálogo entre pessoas que se encontram na avenida interseccional. Nesse caso, a interseccionalidade não é somente um método de pesquisa

acadêmica, é, também, ferramenta importante de intervenção nas realidades impostas às mulheres de tez pretas, por isso é uma ferramenta de empoderamento feminino negro (Collins; Bilge, 2021).

Continuam as autoras Collins e Bilge, além da dimensão de análise que a ferramenta conceitual propõe, elas colocam outra dimensão da interseccionalidade, a dimensão prática, ou seja, “práxis”:

A práxis entende que o pensar e o fazer, ou a teoria e ação, estão intimamente ligados e moldam um ao outro. Rejeitar a concepções binárias que veem os estudos acadêmicos como fonte de teorias e estruturas, e relega a prática às pessoas que aplicam essas ideias em contextos da vida real ou problemas da vida real. O conhecimento baseado nas práxis, por exemplo, a prática profissional de uma equipe médica treinada, ou habilidade de treinar movimentos sociais - considera que teoria e prática são interconectadas (Collins; Bilge, 2021, p.66).

Akotirene (2021) avança na compreensão da interseccionalidade para além dos instrumentos teóricos e metodológicos. Ela entende que o choque provocado pelo conceito interseccionalidade como paradigmas eurocêntricos sobre raça, capitalismo, gênero, classe cruzados na “sobreposição na avenida da interseccionalidade”, podem colidir originando novas ferramentas importantes para intervenções nas relações raciais e de gênero. São ferramentas contra o “assassinato epistêmico”, contra a população preta e outras formas de opressões dentro e fora das universidades.

No Brasil, algumas militantes, ativistas acadêmicas e escritoras como - Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Maria Aparecida da Silva Bento e outras utilizavam a categoria analítica da interseccionalidade com instrumento de análise e práxis. (Akotirene, 2021). Vaz (2000) pesquisou a trajetória acadêmica e profissional da professora, pesquisadora e ativista Nilma Lino Gomes, conhecida no Brasil por intelectuais negros, estudantes de ciências sociais e humanas. A incansável educadora segue construindo categorias analíticas para pensar e discutir relações raciais brasileiras visando igualdade racial e de gênero no campo da educação. Seus trabalhos compõem amplas produções teóricas: “trinta livros, publicados e organizados, setenta e dois capítulos, cinquenta e seis artigos e vinte e nove trabalhos em anais.”. Observam-se que raça, gênero e identidade perpassam todas suas obras. Ainda, conforme Vaz (2000), intelectuais negras como Nilma Lino Gomes contribuem para o avanço dos estudos de gênero e raça no Brasil.

Pode-se considerar, de acordo com Sueli Carneiro (2020), que as mulheres feministas negras norte-americanas contribuíram para desvendar as relações de opressão contra a mulher

preta com estudos importantes, como o estudo da interseccionalidade. A autora reconhece que as feministas brasileiras já faziam feminismo interseccional, apontando e denunciando as opressões contra a mulher preta brasileira. Assim, tendo como referência as antecessoras, destaca a Lélia González entre outras que contribuíram para desvendar as relações de opressão contra a mulher preta, as feministas pretas continuam abrindo caminhos derrubando paradigmas, construindo conceitos e categorias analíticas que explicam e desvendam as opressões interseccionais. Elas estão nas universidades, movimentos sociais, escolas, enfim, se encontram em todos os seguimentos sociais.

3. CAMINHOS PERCORRIDOS QUE ME LEVARAM AO ENCONTRO DAS IRMÃS PRETAS

“Ser mulher negra no Brasil representa um acúmulo de lutas, indignação, avanços e um conflito constante entre a negação e a afirmação de nossas origens étnico-raciais. Representa também suportar diferentes tipos de discriminação. Ser mulher negra e professora expressa uma outra maneira de ocupar o espaço público. Ocupar profissionalmente esse espaço, que anteriormente era permitido só aos homens e brancos, significa muito mais que uma simples inserção profissional. É um rompimento com um dos vários estereótipos criados sobre o negro brasileiro de que ele não é capaz intelectualmente” (Nilma Lino Gomes, 1995, p.115).

Katemari (2015) afirma, ao pesquisar as trajetórias acadêmicas de garotas afro americanas que construíram carreiras como cientistas na área da Física, que elas despertaram interesses pelas ciências através de atividades “extracurriculares” oferecidas em ambientes externos às escolas - em clube de matemática, olimpíadas, programas de extensão universitárias cujo objetivo principal era preparar garotas para se tornarem cientistas. No caso do Brasil, a falta de incentivo do Estado às ciências promove ausências de representatividades de mulheres pretas como docentes no ensino fundamental, médio e superior. Talvez seja por falta de políticas públicas de incentivos a ciências, tais como programas que direcionem estudantes negras e negros para construírem carreiras como pesquisadoras. Assim como nos Estados Unidos, o Brasil possui um número irrisório de garotas negras estudantes da educação básica que se interessam pelas áreas ligadas às Ciências Exatas e da Terra (Katemari, 2015).

Segundo Bell Hooks (1995), as mulheres intelectuais pretas vivenciam duplo isolamento - pelos pares nas academias e pelas pessoas das “comunidades relacionais”. Na academia, lidam com o racismo e sexismo herdados do patriarcado brancos que estão presentes nas instituições públicas e privadas. De acordo com lógica do patriarcado, os trabalhos intelectuais estão reservados, exclusivamente aos homens brancos que em sua maioria exercem trabalhos de produções intelectuais fora dos ambientes domésticos. Já as mulheres pretas, de modo geral, destaco as mulheres casadas e/ou chefes de famílias monoparentais que produzem intelectualmente em isolamentos, tanto nas universidades, quanto em ambientes domésticos após cumprirem os requisitos dos trabalhos domésticos que lhe foram impostos por simples condições de serem mulheres. Os acúmulos de funções domésticas e demandas profissionais as impediriam que se relacionem com pessoas externas aos círculos relacionais, nas comunidades.

Bell Hooks (1995) salienta que, no tocante a interseccionalidade de gênero e raça, existem impactos negativos sobre as identidades profissionais de mulheres pretas intelectuais e docentes que vivem em isolamentos acadêmicos e raciais. Ademais, de acordo com Bell Hooks (1995) e José de Carvalho Jorge (2007), há dois tipos de isolamentos: geográfico e emocional. O isolamento geográfico ocorrer com profissionais docentes que são ignoradas e esquecidas pelos pares em salas no mesmo prédio relacionando apenas com estudantes em momentos de aulas. Elas pertencem ao corpo docente, mas não estão integradas a ele. Já o isolamento emocional afeta a autoestima das intelectuais pretas, retirando-lhe do envolvimento com a profissão e deixando-a com sentimento de incapacidade e baixa estima. A saber, o isolamento emocional, pode levar as docentes nesse contexto ao isolamento geográfico.

Além do isolamento, verifica-se o confinamento intelectual acadêmico imposto aos pesquisadores (as) e pretas (os). O confinamento acontece, porque há negação dos corpos pretos como produtor de conhecimento cultural e epistemológico. Rejeitam as capacidades de produzirem pesquisas de qualidades em suas áreas de especialidades e, em si tratando da mulher preta, soma-se a isso as condições de gênero.

Nesta pesquisa, foram utilizadas as abordagens qualitativas para análise dos dados e quantitativa para produção dos dados. A extração dos dados qualitativos vai além das entrevistas, eles convergem com os dados quantitativos proporcionando melhor entendimento das relações raciais e sociais. Tanto a abordagem qualitativa, quanto a quantitativa oferecem limites, por isso houve necessidade de usar as abordagens metodológicas qualitativa e quantitativa como “complementar” (André, 2013).

Assim, foi utilizada a abordagem “qualiquantitativa” (Souza; Kerbauy, 2017). Foi feito o levantamento de números de docentes homens e mulheres negras e não negras das 11 universidades federais públicas de Minas Gerais. Para classificação racial, foi empregada a técnica do exame de retrato com o qual construiu-se o perfil racial do quadro docente. Os dados qualitativos foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas obtida pela plataforma de videoconferência *Google Meet* com 4 docentes professoras e pesquisadoras e análise dos currículos lattes.

Além disso, foi realizado o levantamento de informações dos últimos 5 anos de projetos de pesquisa concluídos, autoria de capítulos de livros, artigos publicados, participação em bancas de conclusão, participação em bancas de conclusão de mestrado, de

doutorado, autoria de livros, orientações concluídas mestrado, orientações concluídas doutorado, qualificações de mestrado, qualificação de doutorado e temática.

3.1 Onde estão e quantas são as docentes pretas nos programas de Pós-graduação das Ciências Exatas e da Terra?

Em março de 2023, teve início o levantamento dos dados sobre as docentes de cor preta credenciadas aos programas de pós-graduação nas Ciências Exatas e da Terra das universidades públicas do estado de Minas Gerais. Foram consideradas os programas de pós-graduação em Matemática, Física, Química, Oceanografia, Ciências da Computação, Geociência, Estatística e Astronomia, porque são programas nos quais os homens e mulheres pretas estão sub-representadas.

Foi priorizado, nesta pesquisa, as docentes das universidades públicas, porque o ingresso exige que a candidata passe pelo filtro dos concursos públicos para docente cujas etapas são exaustivas e também porque os critérios de progressão na carreira são previstos por lei e as etapas são bem definidas.

Primeiramente, foi acessada a base de dados eletrônicos do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa - INEP disponível para domínio público para obter informações sobre a quantidade e localizações das universidades públicas federais existentes no território do Estado de Minas Gerais e respectivos campus. Foram localizadas 11 universidades federais, sendo elas: Universidade Federal A, Universidade Federal B, Universidade Federal C, Universidade Federal D, Universidade Federal E, Universidade Federal F, Universidade Federal G, Universidade Federal H, Universidade Federal I, Universidade Federal J e Universidade Federal M. Em seguida, foi realizado o levantamento dos programas de pós-graduação ligados às Ciências Exatas e Ciências da Terra em 8 áreas: Matemática, Física, Química, Oceanografia, Ciências da Computação, Geociência, Estatística e Astronomia.

Em seguida, foi acessada separadamente a base de dados eletrônicos disponível para domínio público das 11 universidades para identificar quais as PPGs oferecidas por elas e o corpo docente credenciado em cada programa. Foi coletado na *homepage* informações institucionais sobre as 5 docentes os nomes, números de telefones, ramais, e-mails.

Tivemos acesso à base de dados eletrônico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, Plataforma Lattes de domínio público para verificar os Currículos Lattes das docentes credenciadas aos programas de pós-graduação em Stricto

Sensu. Considerei nessa busca somente os e as docentes vinculados aos PPGs (mestrado e doutorado).

Foi utilizado, assim, como Thales de Azevedo⁵ (1995), o método de exame de retratos para identificar e classificar racialmente as docentes pesquisadoras de cor preta nesta pesquisa. As docentes foram selecionadas por gênero, raça e cor. Por meio do método de exame de retrato, foram analisadas fenotipicamente 650 fotografias anexadas aos Currículos Lattes que consideraram as características fenotípicas: cabelos, traços faciais, contornos dos lábios e a cor da pele. Elas foram classificadas de acordo com categorias raciais do Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística - IBGE: cor branca, cor preta, cor parda, cor amarela e indígena para classificar racialmente os/as sujeitos (as) fotografados (as).

Como demarcam Nilma Lino Gomes (2005), Antônio Sérgio Guimarães (2003) e Kabengele Munanga (2001), o racismo, como acontece no Brasil, dar-se-á pelos aspectos fenotípicos, ou seja, mediante a leitura da corporeidade preta, dos traços físicos. Neste sentido, no contexto das relações raciais brasileiras, a barreira racial se impõe à medida que o indivíduo se distancia da cor e das características fenotípicas da cor branca. Quanto mais “pigmentação de melanina” a pessoa tiver sobre a pele, maior a chance de vivenciar discriminação racial e racismo antinegro. Assim, o racismo a brasileira não se impõe pela ascendência, ou pela composição genética, mas sim pelas marcas (cor, formatos dos lábios, textura dos cabelos), ou pela geografia corporal.

Para o procedimento de exame de retrato, foram utilizadas fotografias das (dos) docentes anexadas aos Currículos Lattes acessado via plataforma do CNPq. Foram excluídos os currículos sem fotografias.

⁵ Azevedo (1995), em seu trabalho sobre ascensão social do negro no estado da Bahia publicado em 1955, utilizou o método do exame de retratos para identificar e classificar racialmente os sujeitos de sua pesquisa. Recorreu às fotografias em documentos disponíveis em associações de trabalhadores, acervos fotográficos particulares, jornais, editoriais de revistas e impressos. Na época, valeu-se da classificação-pretos, mulatos, pardos e moreno. O estudo deu origem ao livro, *As Elites de cor: um estudo de ascensão social*.

M	Física Geral	9	7	1	0	0	0	0	1	0	0
M	Oceanografia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		650	476	138	2	2	2	4	21	5	0

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Do levantamento de dados realizados nesta etapa da pesquisa, das 11 universidades públicas e 8 áreas ligadas às Ciências Exatas e da Terra: Matemática, Química, Astronomia, Ciências da Computação, Geociência, Estatística, Física Geral, Oceanografia apontam para sub-representatividade de mulheres pretas. Dos 149 Currículos Lattes de docentes e pesquisadoras em geral identificadas nos cursos de pós-graduação, 138 (92,617%) são mulheres de cor branca, 5 (3,355%) são mulheres de cor preta, 2 (1,342%) são mulheres cor parda, 4 (2,638%) são mulheres de cor amarela e mulheres indígenas.

O corpo docente masculino soma 501 homens, sendo que 476 (95%) são brancos, 21 (4,191%) homens pretos, homens pardos são 2 (0,399%), homes amarelos são 2 (0,399%), homem indígena 0%. Há uma ausência total de docentes indígenas nos programas de pós-graduação em Ciências Exatas e da Terra. Não foram encontrados cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado nas áreas de Geociências, Astronomia e Oceanografia. A inexistência talvez se deva ao fato de não haver demandas para aquelas áreas. Ausência da pós-graduação em Oceanografias talvez seja pela falta do mar.

Tabela 4- Distribuição por gênero nos PPGs.

	Total	Branco/as	Pretos/as	Pardos/as	Amarelos/as	Indígenas
Homens	501(100%)	476(94%)	21(4,191%)	2(0,399%)	2(399%)	0 (0%)
Mulheres	149(100%)	138(92%)	5(3,55)	2(1,342%)	4(2,638%)	0(0%)

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A tabela acima revela que o grupo de docentes pesquisadores brancos está melhor representado nos programas de pós-graduação nos cursos de mestrados e doutorados. Os dados revelam que o grupo branco é predominante. Parece haver um pacto tácito entre os herdeiros em controlar a entrada dos considerados diferentes, indesejáveis. Os cursos e departamentos que são as “meninas dos olhos de deus” das universidades são representadas por pessoas brancas. A “imagem que representava a organização era sempre de pessoas brancas” (Bento, 2022, p.9).

Tabela 5 - Quantitativo de docentes por PPGs de Química e Física geral.

Univer	PPGs	Total			Branca		Parda		Amarela		Preta		Indígena	
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
A	Química	9	2	11	7	1	0	0	0	0	2	1	0	0
B	Química	8	6	14	7	4	0	1	0	0	1	1	0	0
C	Química	21	17	38	21	16	0	0	0	0	0	1	0	0
D	Física Geral	6	3	9	5	2	0	0	1	0	0	1	0	0
M	Química	6	3	9	6	2	0	0	0	0	0	1	0	0
Total		50	31	81	46	25	0	1	1	0	3	5	0	0

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Conforme a tabela acima, somente 5 universidades possuem em seu quadro docentes mulheres de cor preta: Universidade Federal A, Universidade Federal B, Universidade Federal C, Universidade Federal D e Universidade Federal M, respectivamente, nos cursos de Química e Física. Homens de cor preta também estão sub-representados na tabela acima somente nas Universidades Federais A e B. Isso mostra como são poucas as participações de pessoas de cor preta nas ciências “duras”. Diante dessa constatação, faz-se necessário enegrecer as ciências brasileiras.

Por fim, constata a predominância de docentes brancos/as nos programas de pós-graduação. Existe quase ausência de docentes de cor preta, docentes de cor amarela e os indígenas não aparecem. Tais dados nos levam a defesa da efetivação da Lei de Cotas de ingresso de professores (as) negros (as) em concursos públicos e que esta efetivação não perca a dimensão interseccional de gênero e raça.

Por meio dos estudos estatísticos interseccionais, as (os) pesquisadoras (es) Edimara Maria Ferreira, Karla Maria Damiano e Marco Aurélio Marques (2022), obtiveram dados sobre os docentes que atuam no Ensino Superior nas instituições universitárias privadas e públicas brasileiras. Os dados sobre o perfil racial e gênero dos docentes sugere que as universidades são espaços racializados e predominantemente ocupados por maioria de homens brancos “41,07%”, mulheres negras “10,61%” e homens negros “12,72%”, as mulheres brancas correspondem à “35,6%” (Ferreira; Damiano, 2022).

A quase ausência de docentes de cor preta dificulta que as crianças e jovens pretas nas áreas das ciências ditas “duras”, desde a educação básica, contribuam para direcionar futuras escolhas dos cursos de graduação e, conseqüentemente, pós-graduação. A presença de estudantes e pesquisadores (as) pretas nas ciências “duras” nas universidades públicas contribui para romper com o racismo institucional.

4. DIÁLOGOS E ENCONTROS COM AS DOCENTES

Após a classificação do perfil racial de 650 docentes pelo método de exame de retrato, foram encontradas 4 docentes da área de Química e 1(uma) docente da área de Física Geral. Elas foram contatadas por e-mails institucionais para participar da pesquisa. A partir do retorno positivo por e-mail, foi enviado cópias da carta convite, na qual explicou-se todo o procedimento da pesquisa, juntamente com Termo De Consentimento Livre e Esclarecido. A partir do aceite e da auto declaração racial, as entrevistas foram agendadas de acordo com as disponibilidades de cada uma delas. A pesquisadora e professora da área da Física Geral da Universidade D recusou o convite para participar da pesquisa⁶.

Foi acessada 1 (uma) professora pesquisadora que não estava no escopo inicial da pesquisa e a mesma julgou que sua participação seria importante para o trabalho devido às características que ela apresenta dentro do que foi desenhado para essa pesquisa. Assim, foi feito o mesmo procedimento de contato com a mesma e, a partir do aceite, ela foi inserida. No total, foram realizadas quatro entrevistas com as pesquisadoras da área de Química.

Quadro 1- Codinomes das docentes por universidades PPGs.

PROF.AS/DRAS.	UNIVERSIDADES/CAMPUS	PPGS
Eliza Maria Ferreira Veras da Silva	Universidade Federal A	Química Multicentro/Profiqui
Enedina Alves Marques	Universidade Federal M	Química Multicentro
Niceia Quintino Amauro	Universidade Federal C	Química/Multicentro
Nair de França Araújo	Universidade Federal B	Química/Multicentro

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma *Google Meet*. A entrevista com Enedina Alves Marques (universidade M) durou 1h40 min, Nicéa Quintino Amauro (Universidade C) durou 1h12min, Nair de França Araújo (Universidade B) 38 min e Elza Maria Ferreira Veras da Silva (Universidade A) durou 38min.

⁶ É importante ressaltar que o aceite da professora acima daria uma contribuição muito importante para pesquisa.

As realizações das entrevistas foram semiestruturadas. Houve esforço em desvendar as dimensões das interseccionalidades de gênero/raça/cor e os agenciamentos realizados por cada docente nos programas de pós-graduação ao qual são credenciadas.

Houve zelo ao construir, nesse texto, espaços seguros para a fala em que as depoentes se sintam seguras e falem de suas experiências, conquistas e dor e serem escutadas. “Nas entrevistas, há uma oportunidade muito desejada para expansão de suas queixas e o ponto de vista de suas experiências individuais” (Azevedo, 1995, p. 2).

Djamila Ribeiro (2019) diz que, há impedimentos de acesso aos grupos subalternizados e outros grupos sociais e raciais em espaços oficiais de produção de discursos nas universidades, por exemplo, e que ocorre a desvalorização dos conhecimentos produzidos por grupos subalternizados, que os impedem que se potencializem. Quando eles falam de dentro dos espaços de produção de discursos, rompem a barreira da invisibilidade. Os grupos subalternizados ao ocuparem os lugares de fala, dentro dos espaços, faz com que suas vozes se tornam potentes e promovem o existir.

Segundo Spivak, Gayatri Chakravorty (2010), à mulher foi imposto o silêncio, não pode falar, somente aceitar as condições impostas a ela. A dor é algo que pertence somente a ela e deve ser vivida subjetivamente, difícil de ser compartilhada. Há outra forma da mulher se tornar sujeita da sua própria história, promover a criação de espaços que contemplem o lugar da escuta da mulher. As criações desses espaços fortalecem a mulher para romper com a dominação masculina. Assim, a mulher poderá contar sua história, ser ouvida sem precisar de intermediários para que o lugar de fala e o lugar de escuta se complementem.

4.1 As profissionais pioneiras

Para manter o anonimato das depoentes, foram utilizados codinomes para denominar as entrevistadas e as universidades onde estão vinculadas como docentes pesquisadoras. Optei por nomes de profissionais e pesquisadoras docentes pretas das áreas das ciências “duras” que abriram caminhos e serviram de referências para que outras mulheres profissionais pretas de áreas diversas vislumbrem possibilidades de construir carreiras profissionais dentro das universidades como pesquisadoras e docentes. As quatro entrevistadas receberam os codinomes: Eliza Maria Ferreira Veras da Silva, Nicéa Quintino Amauro, Nair de França Araújo e Enedina Alves Marques. É o reconhecimento que se faz as profissionais aguerridas e potentes que passaram pelas academias, em momentos históricos em que o racismo filtrava

com eficiência grupos que ingressavam e permaneciam nas universidades públicas federais como estudantes e docentes.

Dra. Eliza Ferreira Veras da Silva foi primeira professora de matemática da Universidade Federal da Bahia, também primeira mulher negra no país com título de Doutora em Matemática. Ela é natural da Bahia, município de Ituberá, tinha cinco irmãos: três homens e duas mulheres. Filha de pais separados, ela rompeu com a família temporariamente deixando a residência quando tinha quatro anos de idade e retornou quando havia 14 anos. Seguiu com os estudos em meio às dificuldades impostas pela situação social. Ela também sempre foi uma estudante dedicada e inteligente, alcançava médias ótimas. Após concluir os estudos pedagógicos, como era conhecido na época, ganhou uma bolsa de estudos para estudar na Holanda como prêmio de um concurso que havia participado. No Brasil, passou em segundo lugar no vestibular de matemática na Universidade Federal da Bahia, a qual se tornou professora. Realizou todo o curso de Bacharelado em Matemática trabalhando como professora primária. Após concluir o mestrado, logrou êxito no concurso para professora no qual orientou pesquisas na área da Matemática (Soares, 2020).

Profa. Dra. Nicéa Quintino Amauro⁷ foi ativista e intelectual, mulher preta, professora da Universidade de Uberlândia, lutou em vida pela igualdade racial e de gênero. Ela foi Bacharel em Química, formada pelo Instituto de Química de São Carlos (IQSC) e Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). A pesquisadora e professora ativista ocupou a presidência de vários Conselhos Nacionais de Direitos, contribuiu para adequação na Base Nacional Comum Curricular - BNCC na área de Ciências da Natureza e as Relações Étnico-raciais, era credenciada pelo programa de pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM/UFU) e no Programa de pós-graduação em Química (PPQUI/UFU).

Profa. Dra. Nair de França Araújo foi a primeira mulher formada em Química no estado da Bahia. Logo após ser licenciada, iniciou a carreira no magistério superior no curso de Química da Universidade da Bahia, sendo a primeira mulher a ensinar no referido curso. Realizou os estudos de mestrado na Universidade de São Paulo-USP. Após tê-lo concluído, iniciou o doutoramento na mesma universidade. Teve que retornar por solicitação da universidade na qual trabalhava, pois o quadro docente estava reduzido. Essa solicitação, segundo Nair, não foi feita aos colegas homens na mesma situação. Tinha expertise em sua

⁷Informações retiradas do currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2868011234412385>.

área, chefiou o importante laboratório da universidade, orientou vários estudantes de pós-graduação em Química e trabalhou para abertura do curso de Química industrial na Universidade (Soares, 2020).

A Profa. Dra. Enedina Alves Marques foi a primeira mulher negra formada em Engenharia no Brasil, a primeira engenheira do Estado do Paraná. Filha de empregada doméstica, sua mãe trabalhava na residência de um militar do exército brasileiro que assumiu a escolaridade da criança, certamente, por mostrar bom desempenho escolar. Enedina iniciou a graduação em Engenharia Civil, na Universidade do Paraná. Seu maior feito como Engenheira Civil foi a construção da Usina Capivari-Cachoeira. Nesse período, também trabalhava com plano de energia elétrica do estado do Paraná e reaproveitamento de águas dos rios Capivari e Iguaçu (Soares, 2020).

Como descrito acima, essas mulheres construíram notáveis carreiras profissionais de sucesso. Conseguiram ingressar em áreas profissionais e espaços reservados, sem dúvidas, a homens. Elas com certeza transpuseram barreiras impostas pelo racismo e machismo de sua época.

4.2. Lugares de fala, quem são elas?

O objetivo deste subcapítulo é mostrar o chão do qual as docentes aqui interpeladas pisam, de modo a potencializar seus caminhos e descaminhos. Isso também permite pensar o não pensado, ressignificar a própria história e reconstruir novas histórias. Como já mencionado, a ocultação dos nomes das mulheres protagonistas desta pesquisa é para preservar suas identidades. As instituições as quais trabalham como docentes, também foram alteradas para evitar que sejam identificadas.

Eliza Maria Ferreira Veras da Silva nasceu em 1983 na cidade de Juiz de Fora - Minas Gerais – Brasil, tem 40 anos de idade e se autodeclara preta. O pai trabalhava na Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima RFFSA como serviço geral, estudou até a antiga 4ª série. A mãe possui o ensino médio como formação do antigo curso de magistério para professores das séries iniciais. Eliza possui, além dela, mais uma irmã formada em Artes.

Eliza Maria Ferreira Veras da Silva é mãe de um filho, união estável, ela se autodeclara preta. Sua família sempre residiu em Juiz de Fora - Minas Gerais. A professora frequentou escolas públicas desde o primário até o ensino médio. Após concluí-lo,

matriculou-se no curso técnico em Metalurgia, pois sempre teve interesse pelas Ciências Exatas.

Durante o período do curso técnico, sentiu-se desestimulada, porque não havia presença de mulheres em sua turma de estudante. Além disso, teve que lidar com o machismo de colegas e professores que afirmavam que a estudante não possuía *time necessary* para estar matriculada no curso, pois eles diziam que o curso era pesado para mulheres. Com todas as condições ambientais desfavoráveis a sua permanência, ela insistiu e continuou matriculada e frequentando o curso. A presença da mulher em espaços onde há predominância de homens acaba lhe causando sofrimentos, pois são hostilizadas, diminuídas, julgadas incapazes pelos colegas de realizar atividades simples.

Nos outros setores, o tempo todo [eu] é hostilizada, quis sair daquele outro ambiente para entrar nesse outro que achava que era mais apropriado para mim. E como ele disse que seria inviável com curso de metalurgia, ocupar aquela posição. Então, fui buscar curso superior em Juiz de Fora, o mais próximo, seria o curso de Química. Em Juiz de Fora não oferecia curso de Engenharia Química e nem de Engenharia Metalúrgica. Aliás, não tem nenhum dos dois cursos, somente em Belo Horizonte-BH. Por questão financeira, fiquei com o curso de Química. (Eliza Maria Ferreira Veras da Silva, 2023, grifos do autor).

A mulher acaba introjetando o machismo e a estrutura patriarcal em sua mente. Por mais esclarecida que seja, acredita-se que há sempre lugares sociais que o patriarcado historicamente tem lhe reservado, ou seja, lugares que são percebidos por elas como naturais. Romper com essa imposição de lugar adequado para mulher, exige que quebre barreiras, ainda muito sólidas. Ao afirmar aos colegas que aquele lugar não é para ela, acabou naturalizando a diferença de gênero, diferença essa imposta pela estrutura social.

Gostava de Ciências Exatas. Fiz o curso de Metalurgia, minha experiência não foi muito rica, porque é um curso muito masculino. E os meus professores sempre me questionavam. Porque uma mulher fazia Metalurgia? Mulher não deveria fazer Metalurgia? É um curso para homem, curso pesado, pois mulher não tem força (*time necessary*) seria menos usual fazer esse curso. (Eliza Maria Ferreira Veras da Silva, 2023, grifos do autor).

Mesmo em ambiente hostil imposto por sua condição de gênero, Eliza Maria persistiu, afirmando-se como mulher preta capaz de executar como a mesma competência, ou até melhor que homens, atividades profissionais importantes na profissão que temporariamente havia escolhido. A partir da certeza de sua escolha profissional, ela segue estudando para

buscar melhores condições de trabalho. Como se identificou com curso de metalurgia e com o setor de qualidade, Elisa resolveu prestar concurso de vestibular para o curso de Química.

Quando fui para o estágio obrigatório, me encantei com o setor de qualidade. As pessoas que estavam lá na época, diziam que, provavelmente, não ficaria naquele setor. O setor é específico para químicos, engenheiros químicos, e ou engenheiros metalúrgicos. Então, como gostei da área da Metalurgia mesmo, gostava de solda. (Eliza Maria Ferreira Veras da Silva, 2023).

Ingressou na graduação aos 18 anos de idade, e concluiu com 22 anos na Universidade Federal de Juiz de Fora -UFJF cursando o Bacharelado e Licenciatura em Química de 2002-2006. Durante o curso, trabalhava com acompanhamentos pedagógicos para estudantes do ensino médio nas áreas da Matemática, Química e Física preparando estudantes, ministrando aulas individualizadas para prestarem exames de vestibulares. Era com provento das aulas que custeava suas despesas e deslocamentos da residência à universidade, pois residia distante do campus. A falta de recursos financeiros foi a maior dificuldade, assumiu a depoente. No quarto período do curso de graduação, conseguiu bolsa para monitoria. No último período, conseguiu auxílio transporte com quatro passagens de ônibus diárias. Terminou a graduação com o projeto pronto para a pós-graduação: mestrado. Estudou incansavelmente, pois necessitava ficar bem classificada para conseguir bolsa de pesquisa para continuar com o curso. A necessidade de “ajuda de custo” por meio de bolsa seja na graduação, seja na pós-graduação, faz parte da realidade de estudantes pertencentes às camadas populares e negros (as) que constroem carreiras escolares improváveis e acidentais.

Terminei a graduação com vistas em fazer mestrado e doutorado, então, já vinha me preparando para a prova, porque tinha a necessidade da bolsa. Eu não poderia fazer mestrado sem bolsa, porque não podia ficar sem trabalho, então me dedicava ainda mais. Passei o último ano estudando muito para conseguir a bolsa (Eliza Maria Ferreira Veras da Silva, 2023, grifos do autor).

A Eliza se apresenta como uma estudante com desempenho acadêmico notável, sua dedicação aos estudos requeria disciplina e dedicação. Sua atual condição financeira e continuação do projeto futuro, por meio do estudo, exigiam a conquista da bolsa. Sem o recurso da bolsa, seria impossível prosseguir.

Na Química só consegue bolsas os primeiros lugares na classificação geral, independente da área que você vai se dedicar (Eliza Maria Ferreira Veras da Silva, 2023).

O recebimento de pagamento de bolsas de pesquisa para os estudantes de classe popular, às vezes, dependendo da situação financeira do núcleo familiar, é também usado para manutenção do lar, pois, em muitos casos, é o maior valor financeiro que a família dispõe.⁸

Assim que consegui a bolsa do mestrado, meu pai veio a adoecer, então o dinheiro da bolsa não era mais suficiente. (Grifos do autor, 2023).

Realizou mestrado na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, em Química 2006-2007. Durante o curso de mestrado, a condição econômica da família não estava boa. Nessa época o pai estava doente. Nesse período, seu orientador lhe conseguiu um emprego, porém a vaga deveria ser ocupada por um/uma mestre, portanto a estudante teria de fazer a defesa de seus estudos dentro de um ano para ocupar a vaga de emprego. Então, adiantou o curso, cumpriu todos os requisitos em um ano. Iniciou sem intervalo o doutorado em Química na mesma universidade 2007-2011. Não precisou do recurso da bolsa de pesquisa, pois trabalhava. Por fim, Elisa concluiu o doutoramento em quatro anos.

Para o emprego de pesquisador em Química teórica, a exigência é que tenha mestrado, então, concluiu o mestrado, com o artigo publicado, tudo defendido em 1(um) ano. Fisicamente, foi muito cansativo de quase morte, foi um período de muitas exigências, mas era necessário para poder dar assistência financeira a minha família, sem precisar abandonar os estudos (Grifos do autor, 2023).

Sua competência acadêmica foi anunciada a partir de suas aspirações, necessidades, objetivos e organização. Posteriormente, buscou outra posição no emprego, porém não logrou êxito, optou em abandoná-lo e realizou o pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nanotecnologia em 2012-2015.

Eliza Maria Ferreira Veras da Silva participou de 3 concursos públicos federais com vaga única para docente. Foi aprovada no 2º deles na Universidade A em 2º lugar. Em 2015, tornou-se servidora pública federal efetiva aos 32 anos ao cargo docente na Universidade Federal A no interior de Minas Gerais, a 225 km da capital do estado, Belo Horizonte. Está há

⁸ Fala de Cassia Virginia Bastos Maciel durante a palestra no Seminário sobre Presenças Negras em Programas de pós-graduação: mesa Ações afirmativas: uma perspectiva nacional em 20 de março de 2024.

8 anos construindo carreira de professora universitária no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas- CCE. Ingressou em 2017 como pesquisadoras colaboradoras no PPGs, no qual foi credenciada efetivamente em 2019. Neste intervalo de tempo, aconteceu sua maternidade. Atualmente, ela é credenciada em dois programas de pós-graduação: Química Multicentro e ao Programa de Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional PROFIQUI como Professora adjunta.

Enedina Alves Marques nasceu em 1974 na cidade de Belo Horizonte - Minas Gerais. Atualmente, encontra-se com 48 anos de idade, solteira, não possui filhos, autodeclara preta. O pai aposentado, estudou até a antiga 4ª série, trabalhou como motorista de transporte coletivo urbano. A mãe estudou até antigo 4º ano e cuidava da administração do lar. Enedina foi a primeira da família a realizar curso de graduação na Universidade Federal. Estudou Licenciatura e Bacharelado em Química aos 22 anos. Ingressou no trabalho aos 19 anos como Assistente de Telemarketing. Ela é a filha mais velha dos 3 irmãos, sendo ela a única mulher. Realizou os estudos na educação básica na rede pública de ensino. Escolheu o curso de Química, porque havia interesse na área de Ciências das Exatas, também por influência de uma professora no ensino médio.

Durante a graduação, passou por necessidades financeiras. Residia distante do campus universitário e demandava duas passagens de ônibus diariamente. Para auxiliar nas despesas diárias, Enedina Alves Marques ministrava aulas particulares e participou de projeto de iniciação científica. Concluiu o curso com aproximadamente cinco anos, em função da greve de professores das universidades federais. Após concluir o curso superior em Química, durante 2 anos ministrou aulas como professora contratada da rede Estadual de Ensino.

Ingressou no mestrado em Química em 2002 na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Suas escolhas foram guiadas pelas condições objetivas do momento, falta de emprego na área de formação em Química. Por efeito da idade, concluiu o curso de graduação tardiamente.

Eu me formei por volta dos 27 anos / 28 anos, não conseguia passar nas entrevistas, talvez pela idade (Enedina Alves Marques, 2023).

Enedina teve formação universitária tardia. Por causa disso, talvez, tivesse dificuldade em conseguir empregos. A dificuldade em atuar em sua área a mobilizou a prosseguir com os estudos.

Então, não consegui ir para a área como profissional, não quis sair do Estado de Minas. Então, me dediquei ao Mestrado por pensar que, para área de ensino a minha idade, não era o empecilho. Desde o início no mestrado e depois em consequência no doutorado (Enedina Alves Marques, 2023).

O auxílio de custo mensal da bolsa para pesquisa não era suficiente para arcar com as despesas, por isso continuou ministrando aulas particulares para manter-se financeiramente.

Assim que concluiu o mestrado, ingressou-se no programa de doutorado também em Química. Em 2004, realizou intercâmbio em *cotutela em Génie de Procédés pelo Institut National Polytechnique* de Grenoble- França. Após o doutorado, trabalhou durante quatro anos como pesquisadora da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM em Belo Horizonte - Minas Gerais. Após concluir a pós-graduação, passaram-se três meses e ela iniciou o pós-doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Enedina Alves Marques, prestou 4 concursos federais para docentes do ensino superior. Ingressou na Universidade M em 2010 como servidora pública federal, com 36 anos no campus pertencente à área de mineração de ferro - MG. No mesmo ano, a professora foi credenciada junto ao programa de pós-graduação Multicêntrico em Química. Atualmente, é professora adjunta III, localizada no campus do município de Itabira - MG, e atua como coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Materiais Compostos.

Nicéa Quintino Amauro, nasceu em 1975, está com 48 anos de idade, natural de Belo Horizonte - MG. Prestou o 1º concurso para docente em 2004 na Universidade Federal E - Minas Gerais, ficou classificada em 3º lugar, porém não foi convocada a assumir o cargo. Em 2005, prestou 2º concurso para docente na Universidade Federal D - Minas Gerais, foi aprovada em 1º lugar e assumiu o cargo no mesmo ano. Em 2008, fez concurso público para docente ao qual foi aprovada em 2º lugar na Universidade C, a qual se encontra atualmente como docente e pesquisadora. Considerando período admissão em 2005 até 2008, que esteve como docente na Universidade D aproximadamente 3 anos, juntamente com ingresso em 2008, na Universidade C até até 2023, a professora contabiliza 19 anos no magistério superior. É professora associada 3 e pesquisadora do departamento de Química da Universidade M, premiada com prêmio da CAPES de Tese.

Nicéa Quintino Amauro, se autodeclara preta, vive em um casamento inter-racial, mãe de dois filhos homens: um com quinze anos, outro com doze anos. O pai de Nicéa foi Técnico em Contabilidade, exerceu a função por muitos anos. Em seguida, iniciou o curso de Direito com 50 anos de idade terminou com 55 anos. A mãe estudou até a 7ª série e após anos sem

estudar matriculou-se no supletivo. Assim que terminou, fez curso superior de Teologia aos 55 anos. Ela trabalhou como vendedora de roupas e gerente de lojas. Nicéa é a única mulher dentre os 3 irmãos mais jovens. Um com 46 anos e outro com 39 anos, todos os irmãos possuem curso superior em Engenharia Mecânica. Nicéa estudou até a 4ª série em escola pública. Da antiga 5ª à 8ª série, estudou em escola particular. Ensino Médio Técnico em Química na escola Pública Federal-Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais-CEFET-MG (Educação Profissional Técnica de Nível Médio).

Assim que concluiu o curso técnico, atuou como estagiária na Empresa Vale Rio Doce. O estágio potencializou interesse em seguir a carreira de cientista, pois houve incentivo por parte da chefia imediata que a favoreceu:

Fui para empresa vale do Rio Doce fazer estágio, gostava de fazer experimento. Terminava o estágio rápido para fazê-lo. O supervisor me deixava fazer experiências. Era muito curiosa, queria saber, por exemplo, se na moeda prata havia prata. Fazia abertura de amostra e dosava CT. Pensa bem, queria saber quanto de carbono tinha no mosquito pegava-o e colocava na cápsula. Aí resolvi fazer Química, entendeu? Eu tinha um espírito investigativo, tenho, né? (Nicéa Quintino Amauro, 2023, Grifos do autor).

Ingressou como estudante do curso de Bacharelado em Química em 1994 na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e finalizou em 1997. Em 2003, frequentou por um ano o curso Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – UTRAMIG para obter o título em Licenciatura em Química.

O primeiro desafio foi lidar com a falta de dinheiro. Seu pai, desde a graduação, falou que ela deveria viver com os próprios recursos financeiros. Assim que conseguiu o estágio na empresa Vale Rio Doce, começou a economizar dinheiro. A partir desse momento, passou a assumir inteiramente suas despesas com estudos. Conseguiu ingressar no programa de iniciação científica, vendia seus livros usados em períodos anteriores para comprar novas obras e referências que lhes eram sugeridas. A partir do 5º período, ministrou aulas de Química nas Escolas Públicas Estaduais no período noturno, por contrato temporário. Por meio dos ordenados mensais pagos regularmente, equilibrou-se financeiramente.

Desde a graduação, despertou o interesse pela docência no ensino superior, em outras palavras, quis fazer carreira acadêmica. Após concluir a graduação em Química, iniciou a pós-graduação (mestrado) em Química na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, mas como produziu bons resultados na iniciação científica com publicações, o orientador a indicou para o doutoramento. Portanto, Nicéa não possui título de mestre, somente de doutora.

Em 2004, realizou pós-doutorado na *Université, Pierre et Marie Curie, LISE/CNRS*, França; em 2019, o pós-doutoramento na *University of California-Berkeley, UC BERKELEY*, Estados Unidos. Assim como as demais docentes apresentadas anteriormente, Nicéa contradiz as “normas”, a partir de suas artimanhas de resiliência, organização e planejamento.

Nair de França Araújo, nasceu em 1980 e tem 43 anos de idade, autodeclara preta, é natural de Contagem - Minas Gerais. É mãe solo de duas crianças e se autodeclarada preta. O pai de Nair estudou até o ensino médio, a mãe até a antiga 4ª série. O pai foi funcionário público federal da Petrobras onde se aposentou como operador de máquinas. A mãe sempre trabalhou em casa e era proprietária de um pequeno comércio de alimentos- *Buffet*, onde fazia salgados por encomenda. Nair possui 2 irmãos: uma irmã e um irmão. Ela ingressou na Universidade Federal B em 2011 como professora.

Nair de França Araújo prestou 4 concursos públicos federais para docente, foi aprovada em 3 concursos em 3º, 2º e 1º. Ingressou no magistério superior com 31 anos na Universidade Federal B em 2011. Atualmente, está no nível de professora associada da Universidade B no interior de Minas Gerais, zona mineradora. Hoje, ela é professora e pesquisadora da instituição. Até o momento da entrevista, ocupava o cargo de Gestão no Instituto de Ciências Exatas e Biológicas no Departamento de Química da mesma Universidade.

Nair de França Araújo ingressou na graduação no ano de 1999, no curso de Bacharelado em Química na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Despertou seu interesse pelas Ciências Exatas através do seu pai. Ele deixava sempre ao alcance dela materiais impressos sobre ciências. Diferentemente das demais mulheres apresentadas até aqui, houve investimento pedagógico do pai.

Quando tinha uns 4 anos, nem lia direito, falava que queria ser cientista. Ficava acompanhando meu pai que lia revistas de Ciências, aquelas Superinteressantes, ano zero. Mesmo sem saber, ficava do lado dele folheando as revistas e gostei daquilo. Cresci já com a cabeça querendo ser cientista (Nair de França Araújo, 2023).

Antes de ingressar no curso superior, frequentou o curso Técnico em Química. A princípio, queria estudar música, no entanto, desistiu. Nair viu publicado o edital do vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em Química resolveu se inscrever, pois já que havia realizado o curso Técnico em Química. Passou na primeira etapa do concurso do vestibular, em seguida, focou nos estudos e passou na segunda etapa. Iniciou o curso e logo

decidiu transferir sua matrícula para licenciatura, por causa das várias disciplinas e períodos nos turnos da manhã e da tarde com carga horária intensa, mas terminou em quatro anos. Após a graduação, trabalhou durante um ano na docência no ensino médio em escola pública estadual.

Durante a graduação, passou por dificuldades financeiras e não possuía recursos para comprar livros, sem falar nas despesas com alimentação. O traslado era outro problema, pois residia em Contagem e estudava em Belo Horizonte e o custo com transporte até a universidade era alto. Não conseguiu benefícios para estudantes carentes, não se encaixava nos critérios de avaliação social, visto que o pai era funcionário público federal da Petrobrás.

Estudar exigiu planejamentos e disciplina. Para a classe popular e para as famílias negras, estudar é um dos meios de ascender socialmente. Pode parecer um luxo para algumas pessoas, mas para as pessoas pobres e pretas são apostas e crenças de que a escolarização é o único caminho possível.

Na educação escolar universitária para alguns membros das camadas populares, há, por vezes, investimentos econômicos coletivos. Assim, formam-se redes de apoio, visando minimizar problemas que podem afetar a tão frágil ocupação de estudantes universitários. Estes problemas incluem desde a falta de recursos financeiros, até problemas de ordem estruturais como moradia, transporte, alimentação etc. Para os (as) estudantes pertencentes às camadas populares de cor preta, há situações vividas por esses estudantes que dificultam o desempenho acadêmico, a saber, o racismo e a sensação de inadequação.

O pai de Nair insistia em auxiliá-la nas despesas, mas ela recusava, pois dizia que o pai não era obrigado a arcar com as despesas de suas atividades acadêmicas. Ela segurou a situação até o limite. Usava somente o veículo emprestado pelo pai. Com o carro, transportava pessoas para o campus da universidade e retornava com elas para casa, cobrava o valor em dinheiro.

Falo que fui uma das primeiras pessoas a fazer Uber (riso), porque lotava o carro de gente que me pagava o valor para levá-la e trazê-la de volta. Não saía do meu percurso, pois não desviava o caminho. Com esse dinheiro que recebia das passagens, colocava combustível (Nair de França Araújo, 2023).

Após ficar um ano sem estudar, somente ministrando aulas, resolveu fazer a inscrição para a pós-graduação (mestrado) na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG no programa de Química. Entrou no programa em 2004 e terminou em 2006, concluindo com dois anos de curso. Em 2006 foi aprovada no doutorado terminando com 2 anos e meio. Fez o pós-doutoramento em Química Analítica Ambiental na Universidade Federal de Minas Gerais.

O ingresso e permanência aos cursos técnicos e aulas de laboratórios realizadas por algumas das depoentes, além de torná-las aptas para o mercado de trabalho, as direcionaram para futuras escolhas pelo curso de graduação em Química. Ministraram aulas no ensino médio e aulas particulares, contribuíram sobremaneira nos estudos das depoentes, pois enquanto preparavam aulas, acumulavam mais horas de estudos, por conseguinte mais aprendizagem.

5. COMPETÊNCIAS ACADÊMICAS

Ingressar numa universidade federal, em um curso de alto prestígio social como Química e prosseguir com estudos, mostra uma escolha consciente por parte das mulheres pesquisadas. Do mesmo modo que matricular-se num curso superior de uma universidade pública, após passar por um funil, marca novos episódios e desafios nas trajetórias acadêmicas das mulheres aqui interpeladas.

Ademais, ocupar uma vaga em um curso superior nas universidades públicas federais significa que os (as) agentes realizaram investimentos pedagógicos maciços desde o início da escolarização. O capital escolar foi convertido em capital acadêmico, em forma de “*habitus* desenvolvido durante a escolarização e foi convertido em capital científico aplicado à prática de pesquisas acadêmicas” (Bourdieu, 2003). O “preço” dessa aquisição só compreendemos a partir das narrativas de cada uma.

A competência acadêmica das depoentes se nota pelas estratégias elaboradas por cada uma delas dentro do campo para prosseguir construindo suas trajetórias acadêmicas, em meio aos percalços e, às vezes, a improbabilidade. Em relação à competência acadêmica subte-se competência cultural que as capacitaram para relacionar com os agentes e tomar decisões estratégicas para garantir a permanência no campo. Como afirma Bourdieu, o conhecimento do campo assegura aos agentes uma melhor posição na disputa e apropriação do capital acadêmico (Bourdieu, 2003).

Horas e dias a fios de estudos, disciplina, rigor e produções são estratégias verificadas nas ações das depoentes desta pesquisa durante as trajetórias acadêmicas das mesmas. Para conquistar e manter excelentes padrões de produções acadêmicas, não basta somente conhecimento sobre as áreas científicas, os agentes devem desenvolver habilidades sociais e culturais que possibilitam mover-se dentro do campo em constante movimento e mudanças de posições.

Eliza Maria Ferreira Veras da Silva desenvolveu uma trajetória acadêmica brilhante. Iniciou a graduação aos 18 anos na UFJF, concluiu a graduação e prosseguiu cursando a pós-graduação. Finalizou a graduação visando realizar pós-graduação: mestrado e doutorado. Antes de terminar a graduação, se preparava para o exame de seleção do mestrado. Alcançou o primeiro lugar no concurso de mestrado na classificação geral e, por necessidades reais, concluiu o curso de mestrado em tempo recorde. Fez doutorado em Química, cursou dois pós-doutorados: em Simulação Teórica e em Física do Estado Sólido.

Nair de França Araújo, logo no início da graduação, mostrou-se perspicaz ao avaliar o campo e ajustar suas necessidades a lógica dele. Isso mostrou uma capacidade inexorável de observação. Nair ingressou-se no curso superior de Bacharelado em Química de 1999-2002, na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte. Optou pelo curso superior em Química, porque havia cursado o curso profissionalizante em Química. Quando finalizou o curso técnico, sentiu-se forte atração para área de música, porém desistiu, pois não era inserida no universo da música. Fez o vestibular em Bacharelado em Química sem empolgação. Durante as etapas do vestibular, ela foi avançando e acabou logrando êxito. Cogitou em solicitar transferência para o curso de Psicologia ou Serviço Social, mas desistiu e acabou decidindo ir para a licenciatura em Química. Terminou o curso com 4 anos. Foi admitida no programa de mestrado em Química em 2004-2006, concluído em 2 anos. Foi aprovada no doutorado em 2006 sem terminar completamente o mestrado. De 2009-2011 realizou os pós-doutorado.

Enedina Alves Marques não distorce das outras depoentes. Concluiu o curso de graduação com 5 (anos) em função da greve dos profissionais da educação pública superior. Ingressou-se no curso de mestrado no programa de Ciências Química na UFMG de 2002 a 2004. De 2006 a 2008, realizou o doutoramento na UFMG com 1 (ano) na França com período em “co-tutela⁹ no *institut National Polytechnique* de Grenoble com bolsa do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq-Brasil”. O pós-doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em Engenharia e Materiais e Metalurgia.

Nicéa Quintino Amauro ingressou no curso superior de Bacharelado em Química e terminou em 1997. Por sugestão do orientador, ingressou em 1998-2003 no doutorado, pois havia produzido muitos resultados na iniciação científica com publicação de artigos. Concluiu o doutorado em 4 anos e 11 meses. O primeiro pós-doutorado em 2004-2005 na *Université Pierre Et Marie Curie*, LISE/CNSR, França, ambos com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Cursou o segundo pós-doutoramento de 2019-2020, na *UNIVERSITY OF Califórnia - Berkeley, UC BERKELEY*, Estados Unidos.

⁹ É um acordo de cooperação entre países que autoriza estudantes com matriculas regulares na pós-graduação mestrado e doutorado em universidade brasileira e do exterior.

5.1 O que há em comum e diferente nas trajetórias e vivências acadêmicas e profissionais dessas mulheres?

A Profa. Dra. Nilma Lino Gomes (2013) afirma que os intelectuais pretos verificados nas universidades a partir dos anos 90, ocupam posições diferentes dentro das academias. Eles (as) estão em sua maioria nas Ciências Sociais e Ciências Humanas. Eles realizam pesquisas que não são de interesses comerciais, pois não rendem patentes. As mulheres pretas e outras que pesquisam nas áreas da ciência “ditas duras” são responsáveis por preparar novas gerações de pesquisadores e professores para trabalharem com pesquisa, dominar ferramentas de pesquisas e produzir conhecimentos científicos em várias áreas do conhecimento.

As quatro protagonistas da pesquisa Eliza Maria Ferreira Veras da Silva, Nicéa Quintino Amauro e Nair de França Araújo e Enedina Alves Marques ministraram aulas particulares. As atividades de monitorias, aulas particulares em domicílio, contrato temporário na Rede Estadual como docente ou em projetos de extensão universitária, provocaram efeitos duplos, os/as estudantes estudam a matéria para ensinar, com isso, avançam nos estudos e em aprendizagem. A didática para ensinar consiste em ressignificar os conhecimentos e fazer interconexões com outras áreas do conhecimento. Isso facilita tanto aos estudantes que recebem monitorias, quanto aos estudantes que as realizam monitorias.

Havia duas famílias das depoentes que possuíam situações financeiras estáveis, porém quase não participavam da vida estudantil de ambas, até mesmo, por exigências delas. O pai de Nicéa Quintino Amauro trabalhou como funcionário da área contábil. O pai de Nair de França Araújo trabalhou como funcionário público federal da Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A, na função de operador de máquina. Por mais simples que fosse a ocupação na empresa, o funcionário gozava de estabilidade e prestígio social, além dos direitos garantidos. Tanto Nicéa quanto Nair não queria ser tão dependentes do dinheiro dos pais.

O pai de Eliza Maria Ferreira Veras Silva era funcionário federal da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima-RFFS e não executava funções de prestígio (cargos administrativos) que lhe rendesse bom salário, mas gozava de estabilidade e tinha os direitos garantidos, mesmo assim, tinha poucos recursos financeiros. Seu pai não participava ativamente de suas despesas com estudos.

O meu pai era funcionário da rede ferroviária. A função seria quase serviços gerais. Acho que não tinha esse nome, não saberia dizer com precisão, qual a função que

apareceria no registro dele, mas pelos serviços que exercia, consideraria serviços gerais. (Eliza Maria Ferreira Veras do Nascimento, 2023).

Enedina Alves Marques não possuía recursos financeiros, o pai trabalhou com motorista de ônibus urbano. Ele também não participou da sua vida estudantil contribuindo com recursos financeiros durante a graduação. Para se sustentar, Enedina trabalhou em empregos formais, mas passava por privação de recursos financeiros inesperados. Para suprir suas necessidades, ela ofereceu aulas particulares que rendia alguns “trocados”. A bolsa fornecida pela universidade não cobria totalmente as despesas e quando a família não conseguia auxiliá-la, a estudante devia “se virar”. O (a) estudante de classe popular vive tensões no campus universitário, sempre na expectativa que algo aconteça, os famosos elementos surpresa: falta de recursos financeiros, falecimentos de parentes e adoecimento do próprio estudante podiam interromper carreiras escolares frágeis.

Embora fosse bolsista de iniciação científica, durante dois anos, tinha que buscar recursos por outros meios. Aulas particulares. (Enedina Alves Marques, 2023).

Quando as estudantes citadas acima realizaram o curso de graduação, as políticas de permanência eram frágeis e incipientes. As estudantes se “jogavam de cabeça” para buscar formação superior que lhes possibilitassem seguir em frente, obter uma vida confortável financeiramente. Os investimentos pedagógicos empreendidos por elas indicam que estudar exige planejamento financeiro, administração de tempo e projetos de longo prazo. Nenhuma delas possuía planos elaborados que lhes garantissem longevidade escolar, então, empreenderam um trabalho escolar além da média, aprenderam o “ofício de estudante”, romperam lugares sociais que lhes foram impostos, apostaram todas suas “fichas” e possibilidades, jogaram-se num mar de incertezas, mas aprenderam a “nadar, nadando”.

5.2 Mulheres pretas recém-doutoras em busca de trabalhos

A busca por colocação no serviço público em instituições públicas federais de ensino superior como docente é o propósito de quaisquer recém-doutores (as). A pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, acontece em meio às expectativas de conseguir ou não construir carreira no ensino superior em instituições universitárias públicas federais. O título de mestre na atual conjuntura, não garante colocação imediata como docente nas

universidades públicas, somente oferece condição para continuação dos estudos. A apropriação do título de doutor garante aos sujeitos (as) a participação e competição por colocação como docente pesquisador (a) em concorridos concursos públicos federais nas universidades. Os concursos públicos são o único meio de inserção definitiva à docência no ensino superior nas universidades públicas. Em busca dessa chance, os/as candidatos (as) recém titulados (as) se inscrevem em vários concursos públicos federais no país em busca da tão sonhada estabilidade que o serviço público federal proporciona.

Alexandra Eliza Vieira Alencar (2021), negra, pós-doutora em Antropologia, relata sobre sua experiência na busca de efetivação no magistério superior nas universidades públicas federais do Sul do país. É uma jornada cruel a corrida para realizar concursos públicos para professores universitários: viagens, inscrições, leitura de editais exaustivos, noites e dias de estudos incansáveis, além de atender demandas domésticas, sobretudo materna, de uma criança recém-nascida.

Continua a autora acima, “os sete concursos que fiz, havia (1) uma vaga para docente, o número de candidatos variou de 3 chegando ao número de 104 candidatos para uma vaga”. Isso torna evidente que não oferecem novas vagas para o quadro de magistério superior, somente substituem professores que aposentam e, ou falecem.

A professora Enedina Alves Marques, prestou concurso público para ocupar uma vaga como professora da Universidade Federal de Itajubá, localizada no interior do estado de Minas Gerais. Foi novamente interiorizada ao ocupar a vaga de professora no campus do interior. A professora, em alguns momentos, aparenta-se decepcionada com as condições de trabalho e com a estrutura administrativa do campus. Além das más condições de trabalho, pesa sobre ela a condição de ser mulher preta, professora em um curso de Engenharia, no qual a maioria dos estudantes são homens brancos. O ambiente machista, sexista e racista, tudo isso, impacta em sua autoestima, levando, até mesmo, ao adoecimento.

Há desvalorização como pessoa, não sei se é porque eu trabalho na Ciências Exatas, tudo acaba ficando robotizado. Vejo que no ensino universitário há muita desvalorização de pessoas. É cansativo, você nunca trabalha somente 40 horas semanais. [...]. Não quero mudar de curso, mas quero mudar de trabalho. Se pudesse, mudaria (Enedina Alves Marques, 2023).

Eliza Maria Ferreira Veras da Silva também prestou concurso para universidades interior do estado e foi alocada no campus principal onde as condições de trabalho e a

estrutura para desenvolver trabalho de pesquisa e docência não são precários. Atualmente, a professora ministra aulas no curso de Química.

A professora Nair de França Araújo atua no interior do estado, campus principal, localizado em uma zona de mineração. Ela ministra aulas no curso de Química e nos cursos de Engenharias. Até o momento das entrevistas, ela acumulava dois cargos: de chefia de departamento e de docência. Apesar do acúmulo de dois cargos, não manifestou insatisfação com o trabalho.

Já fui chefe do departamento de Química por dois anos, presidente da comissão permanente de pessoal docente por quatro anos. Na verdade, nestes quatro anos, fiquei dois anos como presidente e outros dois como vice-presidente. Agora estou no segundo ano de mandato de quatro anos da diretoria aqui do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (Nair de França Araújo, 2023).

A doutora Nicéa Quintino Amauro iniciou a carreira docente na Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. Após prestar concurso, transferiu-se para a universidade do campus principal cuja chancela é muito importante no país. A universidade está localizada no Centro Cultural de Minas Gerais. A infraestrutura desse campus é a melhor de todas as quatro universidades aqui citadas. Das quatro professoras, a doutora Nicéa contabiliza mais tempo de trabalho 20 anos. Por causa do tempo de atuação, a professora se desenvolveu profissionalmente um pouco mais comparada às outras docentes da pesquisa. Ela também se queixa da falta de reconhecimento profissional.

As três mulheres: Enedina, Eliza e Nair estão alocadas em universidades localizadas no interior do estado de Minas Gerais. As universidades aqui citadas não estão distantes da capital. São universidades e campos localizados em zonas mineradoras.

Diante das grandes disputas em concursos para docente, talvez as universidades do interior sejam a oportunidade mais provável para que fossem admitidas como professoras universitárias. São universidades onde é possível lograr êxito em concursos, nos quais o número de candidatos é menor em comparação às localizadas em grandes centros urbanos, como, por exemplo, na capital mineira. Para Nicéa, ser docente pesquisadora em uma universidade que goza de grande prestígio social e acadêmico, no qual a elite é branca e pesquisadores estrangeiros atuam nela é mais desafiador. É possível que ela sofra maiores opressões em que a centralidade é a raça.

5.3 Corporeidades pretas e os atravessamentos raciais e de gênero nas instituições universitárias, quando só a competências não basta!

As cientistas em Química, interpeladas nesta pesquisa, desde a graduação, apresentaram competências acadêmicas citadas anteriormente, no que podemos chamar de “trajetórias de excelência”. Bolsistas financiadas pelas principais agências de fomentos em pesquisas, ligadas ao Governo conseguiram alcançar ótimos coeficientes acadêmicos, mesmo tendo que dividir o tempo com outras atividades, docência no ensino médio noturnos e aulas particulares. Como se vê, mesmo com elevados desempenhos acadêmicos, acredita-se que passaram por tentativas de “epistemicídio” (Carneiro, 2005).

Mesmo sofrendo tentativas de negação de suas intelectualidades e descrédito com suas produções acadêmicas, elas deram a volta por cima, prosseguiram. Mas a qual custo? Se não for problematizado aqui essas trajetórias e vivências, entendendo o pano de fundo no qual elas são acionadas, correremos o risco de romantizar dores do racismo e do sexismo.

As pessoas pretas (homens/mulheres) entram nas ciências modernas não como pesquisadores (as), mas como objetos que precisam ser pesquisados pelos cientistas brancos. Homens e mulheres pretas vistos como meros objetos de pesquisa, portadores de conhecimentos que precisam ser explorados para compreender a evolução humana. “Até os poucos cientistas pretos são tratados pelos pares cientistas brancos especialistas como “objetos” (Carneiro, 2005).

Continua a autora acima, o epistemicídio é uma ação que provoca a aniquilação da razão dos sujeitos pretos (as) produtores (as) de conhecimentos que não possuem validade dentro da lógica da epistemologia eurocêntrica. Os paradigmas, cânones e epistemologias são ferramentas que fazem parte da estrutura nas quais os conhecimentos científicos precisam se encaixar para serem validados. Os conhecimentos que não passam pelo filtro da academia, são excluídos. Enfim, o epistemicídio tenta esmagar, aniquilar a epistemologia construída a partir das minorias silenciada (Carneiro, 2005).

A tentativa de epistemicídio causa efeitos nefastos na vida acadêmica de estudantes e profissionais ligados à docência universitária. Ele deixa marcas profundas no “inconsciente” causando sofrimentos que impactam à autoestima. O epistemicídio acontece, por meio dos rituais acadêmicos: bancas, seminários, fóruns acadêmicos e bancas de concursos para docentes e vestibulares. Há estudantes que escapam do epistemicídio à custa de muito esforço, são os sobreviventes aos rituais acadêmicos. Negar ou diminuir o conhecimento produzido

por alguém, é negar sua maneira de ver o mundo e explicá-lo, portanto, epistemicídio afeta a subjetividade (Bueno; Anjos, 2022).

Além do epistemicídio, há o racismo institucional. Os agentes não reconhecem ou talvez ignorem que certas práticas podem gerar discriminação, obstaculizar e “prejudicar” interesses de grupos em função da cor e raça. O racismo institucional se revela por meio de práticas implícitas ou explícitas, formais ou informais que dificultam o acesso à determinados grupos e às instituições. É uma ação violenta, porque causa dor ao atingir o ser em sua mais profunda dimensão, na dignidade humana. O racismo institucional cria hierarquias através de práticas profissionais, ditas neutras, universalistas dentro de instituições públicas ou privadas. A cor/raça/gênero são poderosos instrumentos de distribuição de privilégios e oportunidades na sociedade, no qual há hierarquização (Santos, 2017).

E é também nas micro relações sociais que a pessoa negra experimenta o racismo individual. Grada Kilomba encontrou uma forma orquestrada de racismo que “encurrala” a vítima em uma forma de triangulação, na qual não há como escapar. Assim temos:

O racismo cotidiano é realizado em uma constelação triangular, no qual o sujeito negro aparece em destaque, sozinho. Há sempre três elementos incluídos nesta performance: o sujeito branco que ataca, o sujeito negro que é atacado e o público branco que, em geral, observa silenciosamente, representando o consenso branco (Kilomba, 2019, p.231).

Nair de França Araújo passou por tentativa de aniquilação intelectual e desvalorização de sua produção intelectual. Quando cursava o Doutorado, ingressou em um grupo de pesquisa e nele tinha um professor branco (cientista professor com Pós-*Doctor*) especialista em uma determinada temática, porém machista e racista. O grupo, ao qual Nair de França Araújo pertencia, faria um estudo da temática estudada por esse professor. Ela se dedicou à temática, “varando noites e madrugadas adentro” estudando e aprendeu o raciocínio da técnica que ele havia desenvolvido. Após compreender a teoria, Nair fez algumas alterações e descobriu algo extremamente inédito naquela época. No momento do seminário que estava apresentando o trabalho, o professor afirmava que o raciocínio dela estava errado. Nair argumentava que havia provado matematicamente que a técnica originada do seu raciocínio estava correta, era algo novo e estava correto. Seu orientador auxiliou nas argumentações, validando sua descoberta, porém ele foi irredutível. Quando finalmente ele falou:

Não pode estar correto! Isso aí, não pode está correto! Pois fulano e ciclano são autoridades na área. Eu “o carro chefe do grupo” de pesquisa, estudo isso há tempos. Nunca pensamos nisso. Como fulano e ciclano não pensaram nisso primeiro? Logo você! Por que não pensamos nisso primeiro (Nair de França Araújo, 2023) (Grifo do autor).

A todo custo, os homens brancos de dentro das academias, tentam resguardar o conhecimento sobre seus controles. Eles se acham autorizados a definir o que é científico, o que é verdade, o pode ou não ser validado. Homens e mulheres brancos se autoproclamam como modelos universais, enquanto o povo preto são minorias silenciadas como pesquisadores e estudantes, não se fazerem presentes dentro das universidades ou agencias de pesquisas, a ideia de ciências e intelectualidade não será alterada, permanecendo sobre o controle da branquitude consequentemente sendo reproduzida como modelo universal da verdade. “Portanto, o que encontramos na academia não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder de “raça”” (Kilomba, 2019, p.53).

Nicéa Quintino Amauro passa pela experiência de tentativa de epistemicídio ao não ter suas conquistas reconhecidas. Ela é bolsista de produtividade, autora de vários artigos e livros e citada em vários artigos científicos de sua área de atuação, ela tem, também, várias premiações por trabalhos científicos. Neste ano de 2023, ela entrou para a Sociedade Real de Química do Reino Unido, “o título é concedido aos cientistas que tenham feito grandes contribuições na área”. Ela se queixa que o prêmio Capes de tese não foi divulgado no site da universidade.

Eu sou a única daquele departamento que tem um prêmio Capes de tese, a única orientadora. Procure no site da pós-graduação para ver se você vai encontrar meu prêmio lá. Eu já escrevi três vezes para o coordenador falando. Eu ganhei o prêmio e tal. Para mim, uma honra, pois trabalho muito sozinha, para mim foi quase um prêmio Nobel (Nicéa Quintino Amauro, 2023).

Em outro momento, de cunho familiar, Nicéa, apresenta como o imaginário racial circunda toda a sociedade, moldando nossas subjetividades e identidades:

Quando terminei de preparar o memorial para apresentação para banca para progredir na carreira de professora titular, apresentei para minha mãe. Queria ouvir a opinião dela. Minha mãe teve uma fala que até hoje não consegui entender direito. Ela sugeriu que para apresentação, eu deveria alisar os cabelos. Eu não aliso cabelos há cinco anos, a senhora acha que preciso alisá-los? (Nicéa Quintino Amauro, 2023).

A mãe da Nicéa, mesmo fora dos debates raciais, presumiu que em espaços racializados, a leitura da corporeidade das pessoas de cor preta é realizada imediatamente. É pelo corpo que se projeta a visão de mundo e conhecimentos. A mãe da depoente, pelas experiências e vivências com racismo, tenta chamar atenção da filha, que o corpo se faz presente antes das ideias e pensamentos e, tudo que emana desse corpo, não teria legitimidade.

De acordo com Luiz Augusto Campos (2017), o racismo se faz presente nas relações sociais em três dimensões: individual, ações e atitudes e institucional. Na dimensão individual, atribui-se inferioridade natural a determinados grupos que têm estilos de vida específicos. Sendo assim, o racismo remete aos casos específicos de natureza psicológicas, que são ideias, crenças, ideologias, significados, dogmas e estereótipos, como, por exemplo, ao buscar uma imagem mental de um cientista, logo vem a imagem de um homem branco. Essa imagem é sustentada pela crença de que outros grupos sociais não fazem ciências, que as capacidades intelectuais estariam reservadas somente a grupos específicos (Campos, 2017).

Continua Campos, na dimensão atitudinal, o racismo se manifesta por ações, práticas e comportamentos, assim, as ideias e crenças deixam de ser definidores de racismo. Este passa a existir por meio de xingamentos, olhares, piadas e gestos. A exemplo, quando o vigilante de um determinado estabelecimento segue uma pessoa preta fazendo compras em lojas supermercados (Campos, 2017).

Na dimensão estrutural, o racismo é sistêmico. Embora práticas e ideologias sejam camadas importantes, são as estruturas racistas que sustentam o racismo na sociedade. Não é possível operacionalizar as três dimensões do racismo separadamente, elas se sustentam tornando o racismo difícil de superar (Campos, 2017).

A antropóloga e professora Alexandra Eliza Vieira Alencar (2021) relata sobre suas experiências para conseguir empregos e nos concursos públicos para a professora universitária, dizendo que foram “sete processos seletivos”. Ora era qualificada demais para assumir os cargos disponíveis, ora não estava apta a assumir cargo de professora universitária. A professora continua dizendo como os concursos não tem nada a ver com mérito, mas sim com o racismo institucional atuando através dos membros das bancas compostas quase sempre por homens e mulheres brancas que selecionam os candidatos (a) por critérios subjetivos ou mesmo pelo filtro racial. O concurso a depender do edital é constituído das seguintes etapas: prova escrita, prova de títulos ou prova de defesa de memorial e projeto de atividades acadêmicas. Na prova escrita, os/as candidatos/as não passam sob o olhar das

bancas, portanto sua corporeidade não pode ser avaliada. É nessa etapa que se verifica maior número de aprovação para a etapa seguinte. Na defesa do memorial ou prova didática, a depender do edital, os/as candidatos/as passam a ser classificados (as) pela corporeidade.

As dimensões do racismo estrutural, ideológico, atitudinal são experimentados por todas as mulheres da pesquisa, porém, em alguns relatos, ficam mais em destaque. Enedina Alves Marques aponta o cabelo como elemento que atrai olhares. Ela lamenta a falta de aceitação das pessoas e colegas da instituição universitária a qual trabalha aos seus cabelos naturais:

Lembro-me, uma vez houve uma indireta “acho que conheço alguém que faz escova progressiva” (Enedina Alves Marques, 2023).

Nicéa Quintino Amauro também aponta seus cabelos como alvo de racismo. Ela submeteu os cabelos ao alisamento (uso de produtos químicos que produz alisamento nos cabelos) mais ou menos até 2017. Conversando com estudante, foi convencida a usar os cabelos naturais. A estudante durante as conversas apontou o quanto os cabelos de Nicéa são bonitos. De tanto insistir sobre a importância de usar os cabelos com traços da ancestralidade, ela resolveu usá-los de forma natural. A estudante, ao elogiar os cabelos de Nicéa, ressaltando traços positivos de sua negritude, colaborou para o fortalecimento da sua autoestima encorajando-a a buscar traços da ancestralidade em sua corporeidade. Nicéa também teve que lidar com depreciação da sua corporeidade pela colega, atribuía o corpo como algo exótico. A partir disso, passou ao ouvir palavras que depreciavam seus cabelos, dizia:

Uma colega também me perguntou, se eu gastava muito dinheiro com meus cabelos para deixá-los desse jeito, que eu devia gastar uma fortuna. Falou que a filha dela tinha bundinha de negro, sabe uns termos assim. Eu ficava olhando assim, porque falam isso comigo? Eu não gostei das palavras que eu ouvi, mas eu não falei nada, não deixei ela falando (Nicéa Quintino Amauro, 2023).

Gomes (2006) aponta os cabelos são elementos importantes na composição da estética feminina preta. Os cabelos da mulher preta, vistos como cabelos (ruins duros, sarará) são camadas do racismo. A desvalorização atribuída aos cabelos da mulher preta e a supervalorização concedido aos cabelos de mulher branca, faz a mulher preta viver verdadeiros conflitos/tormentos que não se constituem simplesmente em aceitar ou não os cabelos, passam pela rejeição, ou aceitação do corpo, incluindo os cabelos. A libertação emocional e cognitiva dos velhos padrões estéticos, que produzem hierarquização de grupos

de mulheres, será desconstruída a partir reforço da “identidade”. A luta contra os padrões impostos e o racismo são lutas coletivas, nenhuma mulher deve enfrentá-la sozinha.

5.4 Línguas estranhas: idioma do colonizador, apropriar para subverter.

Cada universidade pública ou privada estabelece no edital de seleção para estudantes ingressantes ao programa de pós-graduação, o idioma no qual terão de comprovar habilidade. Os (as) ingressantes aos programas de pós-graduação, ao serem admitidos (as), devem informar no momento das inscrições o resultado do exame de proficiência de línguas estrangeiras solicitada no edital. Outras universidades realizam o processo do exame de competência em línguas estrangeiras por meio dos departamentos de línguas da universidade ou através das escolas de idiomas conveniadas. Os exames de proficiência em línguas estrangeiras são eliminatórios. Algumas universidades permitem que os (as) estudantes realizem o exame em curso, com prazo estabelecido para entrega do resultado à secretaria do programa de pós-graduação que estão matriculados (as). Se os (as) estudantes não conseguirem apresentar o comprovante do exame de proficiência em línguas estrangeiras na data determinados pelos regimentos do programa, são desligamentos dos programas.

A exigência em demonstrar competência em idiomas estrangeiros¹⁰, pois as produções acadêmicas, artigos, ensaios e pesquisas poderão ser divulgados em outros idiomas, e circularem nos principais canais de divulgação de trabalhos científicos, revistas eletrônicas e revistas impressas de longo alcance mundial. O curioso, que com todos os suportes tecnológicos, tradutores eficientes, traduções instantâneas, o exame de proficiência em línguas estrangeiras ainda seja exigido nos programas de pós-graduação, e serem eliminatória.

Em se tratando do sistema de educação público brasileiro de onde saem a maioria dos (as) estudantes para graduação, a línguas estrangeiras não compõem a matriz curricular das escolas públicas, aparecem nos currículos escolares com base diversificada, língua estrangeira não compõe a base comum nacional brasileira. Algumas escolas da rede particular de ensino, para agregarem valores aos serviços educacionais ofertam uma, ou mais línguas estrangeiras desde a pré-escola até o ensino médio.

¹⁰ No Brasil, algumas Escolas Públicas oferecem, na base diversificada do currículo, o componente curricular de Língua Inglesa. Normalmente, são aulas que não propõem desenvolver nos alunos a competências no idioma ao qual propôs oferecer.

As famílias de segmentos populares que possuem filhos que estudam em escolas públicas, não possuem condições financeiras para custearem despesas com aulas de idiomas para os filhos (as). Os filhos realizam toda trajetória escolar na educação básica, sem desenvolver competências em nenhuma língua estrangeira ou precariamente numa somente. Outras famílias, com melhores condições financeiras, matriculam seus filhos em escolas particulares de idiomas nas quais desenvolvem competências em língua que escolheram.

A falta de domínio do idioma é trazida por algumas entrevistadas da pesquisa que experimentaram grande sofrimento para apropriarem do idioma ao qual não tinham domínio. Duas interpeladas realizaram doutorado no exterior, na França. Outras duas fizeram doutorado no Brasil. Por meio do idioma, elas tiveram que absorver a cultura do colonizador: “Falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura” (Fanon, 2008, p.50).

Kilomba (2019, p.60) narrou sua experiência sofrida com a Língua Alemã ao se matricular no programa de doutorado na Universidade da Alemanha:

[...] eu precisava fazer um teste em língua alemã. Foi a primeira vez que alguém mencionou que, para ser matriculada como estudante de doutorado, eu teria de me submeter a um exame de Língua Alemã. Tal exame seria realizado dois dias após o recebimento dessa notícia. Fiquei perplexa com o fato de que não me haviam dito isso antes, pelo menos eu poderia ter me preparado. O teste, no entanto, não estava listado como uma exigência oficial para candidatas (os) ao doutorado. Eu disse isso a eles em vão. Dois dias depois, encontrei-me sentada e despreparada numa sala enorme com dezenas de estudantes de todas as partes do mundo. A tensão foi grotesca. O teste determinaria quem poderia se tornar estudante e permanecer na Alemanha e quem não poderia. Após o teste, procurei os regulamentos da universidade, pedi uma tradução e li atentamente todas as seções da Constituição. De fato, eu não precisava daquele teste. Não houve neutralidade! Não houve objetividade! Aquele espaço não era “imparcial”.

Elza Maria Veras da Silva coloca sua dificuldade e insegurança ou talvez temor de ser desligada, por não demonstrar competência no idioma cobrado pelo programa de mestrado, o Inglês. Durante o curso, teve que publicar artigos em outro idioma que não dominava num tempo em que não havia aplicativo de tradução. No doutorado, ela também teve que enfrentar outro desafio, mostrando competência no segundo idioma.

Meu primeiro desafio foi mostrar proficiência em Língua Inglesa. Era boa estudante de Química, mas não era suficiente em Língua Inglesa. Tinha que possuir um adicional, mostrar competência em um idioma que não me foi ofertado de forma adequada durante a graduação, nem durante o ensino médio. Como a prova para ingresso era eliminatória, gera um desgaste emocional ainda maior, porque você tem pouco tempo para mostrar condições mínimas de domínio de idioma, isso é

desafiador. [...] quando fui para o doutorado, havia um segundo idioma, escolhi espanhol (Maria Eliza Veras da Silva, 2023).

Enedina Alves Marques relata que sempre teve dificuldade em Língua Inglesa. No exame de vestibular, ela teve duas opções de línguas: Inglês e Francês, portanto optou pela Língua Francesa, pois estudava o idioma sem auxílio de professor e sem nenhum método. Naquele momento do vestibular, não precisava ser fluente na língua. Para ingressar no doutorado, teve que passar por exame em Língua Francesa, sendo elas: prova escrita, leitura, conversação e audição. Tive que lutar contra o tempo:

Lembro que me deram dois meses de curso. Fui matriculada numa escola de idioma para pessoas estrangeiras na França. Precisei de seis meses para desenvolver boa audição. Desenvolvi minha metodologia, foi natural, aprendi francês sozinha. Um dia passei pela rua, havia duas pessoas “brigando”. Até hoje me lembro que pensei! Não acredito que estão “brigando” por causa disso percebi que estava entendendo o idioma francês (Enedina Alves Marques, 2023).

Nicéa Quintino Amauro também, teve que demonstrar competência linguística em um idioma que mal conhecia. Ela sempre estudou inglês em uma escola de idioma e também durante a graduação, mas optou em realizar o doutoramento na França, portanto teve que mostrar competência em Língua Francesa.

Eu não sabia francês, mas queria muito ir, tinha que estudar na França. Então fiz três meses de imersão na língua, escutava fita, escutava tudo o tempo inteiro, até a cabeça doer. Aí fiz a primeira entrevista na Aliança Francesa, o cônsul perguntou: quanto tempo você estuda francês? Respondi: três meses. Ele começou a falar em português comigo, você não pode ir para França assim terá que estudar mais. Estudar mais três meses, porque tenho que entregar o exame de proficiência, aquele certificado. E aí tive a última chance de fazer em agosto de 2000 a prova. Eu passei, fiz, estudei seis meses, estudava... colocava no *Walkman*¹¹. Eu punha fita e ficava escutando o dia inteiro, ia dormir, colocava a fita. Até um dia que meu ouvido sim, “destampou”. Eu consegui entender as coisas o que eles falaram. Então, assim que aprendi falar francês à força mesmo. Eu queria muito ir para França (Nicéa Quintino Amauro, 2023).

¹¹ Aparelho portátil que possuía um local na parte frontal para colocar fita cassete de áudio. O aparelho possuía um fone de ouvido conectado na parte lateral do aparelho.

6. AS DIMENSÕES DO RACISMO INDIVIDUAL

A ação do racismo individual aparece nas falas das entrevistadas em vários episódios das suas trajetórias profissionais e acadêmicas. Percebe que algumas conseguem externar na fala a indignação com o racismo. Tristeza verificada pela tonalidade da voz no momento da entrevista.

Eliza Maria Ferreira Veras da Silva diz que o racismo sempre está presente em sua vida profissional. Às vezes quando transita nos espaços da universidade sem o seu crachá de identificação profissional, atrai olhares desconfiados.

Certa feita, revelou-se como professora da Universidade A e lhe perguntaram se era professora do Colégio de Aplicação da Universidade. O limite para profissional docente preta seria ministrar aulas para alunos no ensino médio. Ninguém imagina que uma docente preta possa lecionar em cursos superiores em universidade pública federais nas ciências “duras”.

Quando digo que sou professora da Universidade Federal A, a primeira coisa que me perguntam se sou professora do [Colégio de Aplicação]. Não é desmerecendo o [Colégio de Aplicação], mas porque seria um lugar mais adequado, professora preta, o ensino médio. Então digo que não, sou professora da Universidade A, no curso superior de Química. Isso gera um espanto, as pessoas tentam se policiar, no sentido, não estava querendo dizer nada (Eliza Maria Veras da Silva, 2023).

A Professora citada acima tem consciência que por ser mulher preta, as pessoas associam sua competência a cor da sua pele e a idade:

As distinções são feitas nos ambientes[universitários] com mulher negra. Sempre causa aquela estranheza, tanto nos alunos quanto nos professores e servidores. A gente ser professora nova, e negra, isso gera sempre uma estranheza, tentam analisar sua competência. Será que ela é boa! Tem sempre esses fatores que considero raciais, porque não é exigido de outras colegas. Embora alguns desses pontos que levantei são inerentes ao fato de ser mulher e ser uma mulher negra (Eliza Maria Veras da Silva, 2023).

Nair de França Araújo ocupa cargo de gestão como diretora do Instituto de Ciências de Ciências Exatas e Biológicas-ICEB, e ela também menciona sobre como se torna invisível aos olhos de seus pares homens brancos. Conforme a lógica do racismo institucional e individual, não é tolerável, na estrutura administrativa de uma universidade, mulher preta ocupar cargo de gestora. Seus pares a veem no “fora do lugar”:

Quando era chefe do departamento de Química, um coordenador de outro curso de Engenharia veio conversar no departamento. Procurou o chefe do departamento. Eu estava na sala ao fundo. Quando cheguei, ele falou: você é a chefe? Não parece, é tão novinha, parece aluna (Nair de França Araújo, 2023).

As expressões verbais “você é jovem, você é novinha” são algumas camadas do racismo que se apresentam quando a pessoa ocupa um espaço ou um cargo em que há pouca ou nenhuma representatividade de mulher preta. São expressões que possuem tons inofensivos ou agradáveis, entretanto, é uma “cortina de fumaça”, porque esconde a real faceta do racismo. São expressões que apontam que esse lugar não é para homem ou mulher de cor preta.

Enedina Alves Marques aponta o racismo individual a partir dos cabelos. Alguns momentos ela nega o racismo ou diz não se lembrar de ações racistas contra ela. Outras vezes, o percebe nas entrelinhas das atitudes, frases ou palavras semanticamente desconectadas ditas pelos seus pares. Ela tem noção do racismo institucional, porém não tem clareza de sua manifestação. A precarização do trabalho é a manifestação do racismo institucional em que pessoas pretas e mulher preta, no caso, estão mais sujeitas a sofrê-lo. Às vezes percebe-se durante a entrevista a negação do racismo por parte da depoente. Negação até é compreensível, quando a vítima quer se proteger do efeito nefasto ou não se sente fortalecida para enfrentar, mas o enfrentamento do racismo deve acontecer no coletivo. O sentimento sororidade deve nutrir a luta. Ninguém consegue vencer o racismo lutando só, ou mesmo negando sua existência. Por fim, ela admite a dimensão do racismo na universidade e afirma que “o preconceito é velado, mas sempre existe, mas é bem velado” (Enedina Alves Marques, 2023).

Vilma Piedade acredita que o termo sororidade não consegue abarcar as especificidades das dores sofridas pelas mulheres. O termo sororidade pressupõe união de todas as mulheres que vivenciam algum tipo de opressão, mas será que todas as mulheres desenvolvem sororidade umas às outras? Não, porque a mulher branca não carrega a dor do racismo que atravessa a vida e os corpos da mulher preta. Não há possibilidade de a mulher branca alcançar a dor causada pelo racismo antinegro. Ela pode solidarizar com a dor da outra, mas não consegue sentir a profundidade da dor. A sororidade seria o termo mais apropriado porque acolhe experiências comuns de racismo vivenciado por mulher preta (Piedade, 2017). O racismo juntamente com outras formas de opressões baseada no gênero, impostas sobre a mulher preta, deixam feridas que jamais cicatrizam, “vira e mexe” elas sangram remetendo às lembranças amargas da opressão e o racismo sofridos.

6.1 Solidão e intelectualidade preta

As mulheres, de modo geral, vivenciam situações de solidão em espaços universitários seja como estudantes, seja como docentes, ou como pesquisadora. Quando se trata de um grupo específico, como o das mulheres pretas, há quase uma ausência de representatividade nesses espaços, as poucas mulheres pretas existentes são invisibilizadas e vivem em total solidão. Em se tratando de cursos culturalmente voltados para o universo masculino, as ausências são ainda mais evidenciadas, tal como o encontrado na primeira etapa desta pesquisa: o mapeamento de docentes pretas em programas de pós-graduação nas Ciências Exatas e da Terra.

Bell Hooks (1995) e José de Carvalho Jorge (2007) afirmam que o isolamento acadêmico pode abalar os docentes emocionalmente. Ele afeta a autoestima, retira-lhe do envolvimento com os pares mais próximos e com a dinâmica da Universidade, deixando-as com o sentimento de incapacidade e baixa estima. O isolamento também ocorre quando a docente e seus trabalhos, projetos e pesquisas não são reconhecidos pelos pares. Ser mulher pesquisadora no Brasil é uma luta constante por espaços e por reconhecimento intelectual (Bell Hooks, 1995; José de Carvalho Jorge, 2007).

As intelectuais pretas vivenciam duplo isolamento - pelos seus pares nas academias e pelas comunidades relacionais. Os pares desqualificam os conhecimentos científicos produzidos por elas. No que diz respeito às comunidades relacionais (Bell Hooks, 1995), recomenda que as cientistas se fortaleçam nas comunidades, promovendo rodas de conversas, grupo de discussão sobre gênero e racismo, elas devem propor espaços onde possam socializar suas pesquisas. Nos espaços de poder e estratégicos como, por exemplo, as universidades, os profissionais pretos (as) lidam constantemente com a desconfiança de não serem capazes de produzirem conhecimentos científicos por seus pares.

Os cargos aos quais os profissionais possuem poder decisório, quase não são ocupados por profissionais pretos, às vezes encontramos alguns, porém os cargos ou funções não possuem relevâncias. É concedido por grupos de homens brancos que permitem discretamente que algumas pessoas façam mobilidade social e econômica individuais. Este poder não permite mobilidade coletiva, porque não tem relevância política social e nem empodera os grupos sociais subalternizados, pois é um poder discreto, fácil de ser manipulado. A concessão de poder individual faz parte do processo de controle que selecionam profissionais

para mobilidade social e econômica. Essa mobilidade social controlada sustenta a existência do mito da democracia racial tão defendido pelos meritocratas (Carneiro, 2020).

Há também o isolamento voluntário. Uma espécie de proteção, uma barreira para se proteger das questões impostas pelo racismo. Enfrentá-lo e superá-lo exige envolvimento coletivo. O silêncio perante as ações racistas não o enfraquece o racismo, pelo contrário, o alimenta. As pessoas pretas devem abrir os olhos para ação do racismo nas suas vivências. Primeiro, ele faz a pessoa perder a dimensão de sua humanidade, dilacera a identidade. Com o tempo, a pessoa perde a dimensão do existir e fica “silenciada perde a voz” (Bueno, 2000). As pessoas que estão passíveis de sofrerem racismo por causa de suas tezes pretas devem conhecer algumas de suas camadas e aprender como elas se processam nas relações cotidianas, ora com crença, ora com racismo institucional, elas devem adquirir conhecimentos que lhes fortaleçam para luta constante contra sua atuação do racismo. Enedina relata ficar na bolha. Será que ela está protegida integralmente dos efeitos do racismo?

Eu falo que tenho um jeito meio antissocial, mas é intencional, em termo racial, não consigo perceber muito essa questão de racismo. Eu sou a pessoa mais descolada do grupo, estou na minha bolha, não consigo sentir muito (Enedina Alves Marques; 2023).

A professora Nicéa Quintino Amauro não lidou diretamente com a solidão, porém teve que lidar com a misoginia (aversão às mulheres) que de qualquer forma acaba por provocar o auto isolamento, mesmo que a pessoa não perceba. Houve um episódio no qual a misoginia foi direcionada à professora e às alunas na rede social, num grupo de *WhatsApp*. Esse grupo foi criado para tornar a comunicação entre eles mais rápida e eficiente, entretanto, ela não pôde descartar que o racismo foi a motivação dessa violência;

Tem um aluno que acho que é misógino. Ele mandou um vídeo estranho no grupo. Tive que chamar atenção dele, nós tivemos uma conversa muito séria. O vídeo falava mal de mulheres e no grupo tinha três mulheres comigo, duas alunas. Pedi para que se retratasse em público (Nicéa Quintino Amauro; 2023).

Enquanto as estudantes brancas, de posições sociais privilegiadas, sobretudo estudantes de universidades dos grandes centros culturais têm vida social intensa, consomem cultura, constroem amizades, a interpelada se dividia entre atividades acadêmicas e atividades remuneradas, fazendo poucas amizades para não perder o foco nos estudos.

Eu não estava focada na questão social, sabe, não estava focada em amizades, tanto é que não tenho. Não posso falar que tenho amizades que fiz na graduação. Na época, meu foco era estudar, não interagia com ninguém (Nair de França Araújo; 2023).

A solidão experimentada pelas mulheres pretas profissionais docentes no espaço universitário pode ser imposta ou voluntária como ficou evidente acima. A solidão é imposta às mulheres pretas, por pessoas que visam manter o controle do espaço e proteger seus privilégios contra outros grupos raciais. Criar instrumentos que dificultam ingressos aos espaços, seria uma forma eficaz para manter o controle sobre as poucas pessoas, cuja presença deva ser tolerada nos espaços. Outras vezes, a solidão é voluntária como forma de proteção contra violência tácita impostas às pessoas consideradas de grupos raciais diferentes. Então, para se proteger das agressões racistas e sexista, a mulher preta acaba se sabotando.

6.2 A “trindade”: trabalhadoras, mães e professoras universitárias

Olhando descuidadamente para as professoras universitárias nos espaços de atuação docentes nas academias, não cogitamos sobre a quantidade de pessoas que existem por trás para que exerçam suas profissões fora dos espaços domésticos. Existem redes de apoio compostas por parentes próximos, por mulheres que cuidam da casa e das crianças mediante aos vencimentos salariais mensais, enfim, as mulheres protagonistas da pesquisa são várias em uma só, não há clivagem entre elas, são várias mulheres atuando em um só corpo. A ideia de Trindade remete à ideia de que as mulheres pretas carregarem o mundo nas costas, suportando o peso, sem reclamar. Enfim, não têm direito de esmorecer, de chorar e lamentar, “são consideradas fortes”, deve estar sempre pronta para o combate. Assim, são as mulheres da pesquisa- mães, trabalhadoras e esposas.

Soares (2006) defende que as mulheres pretas sempre tiveram experiências com o trabalho fora dos espaços domésticos durante o vergonhoso período da escravidão negra no Brasil. A sociedade do final do século XIX demarcava posições sociais das mulheres pela cor, raça e sexo. Mesmo em meio a precariedade imposta pelas más condições de trabalho, as mulheres pretas foram capazes de lutarem pela sobrevivência através de várias ocupações disponíveis a elas: prestadoras de serviços, trabalhos domésticos, vendedoras ambulantes etc. O ato jurídico Lei Nº 3.353, de 13 de maio de 1888¹², conhecida como Lei Áurea, não libertou o povo preto do

¹²http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lim%203.353-1888?OpenDocument
Acesso em 25/11/2024.

trabalho pesado, tampouco a mulher preta da opressão e da exploração do trabalho. Elas continuaram sendo presas fáceis do sistema capitalismo, porque já tinham experiências com o trabalho fora do ambiente doméstico, durante o período da escravidão.

Gonçalves (2008) mostra que a nova ordem econômica trazida pelo capitalismo mudou a relação das pessoas com a produção de mercadorias que antes eram para subsistência das famílias. Assim, instaurou-se a lógica da produção voltada para atender o mercado visando lucro para uma só pessoa, o proprietário do meio de produção

Na lógica da sociedade de mercado, chamada de capitalismo, a produção da mercadoria só tem significado se for para produção de riqueza e acumulação de capital. O capitalismo significa “culto ao capital” e, conseqüentemente, a negação do ser humano como produtor da sua própria existência, mas que ficou dependente das relações de mercado (Gonçalves, 2008, p.85).

De modo geral, nenhum (a) trabalhador (a) escapa dessa nova realidade imposta pelo sistema capitalista. Em todos os setores da economia, o (a) profissional passa por processo de exploração de sua força de trabalho. Não importa o nível de instrução que tenha, sempre experimentará situações impostas pela necessidade de produzir bens tangíveis como mercadorias, ou bens intangíveis, como produção de conhecimentos científicos. As mulheres pretas, pertencentes à classe trabalhadora, são as mais penalizadas pelo novo sistema capitalista. Elas compõem a força de trabalho que ajudam a alimentar esse sistema, pois a maioria integra a classe empobrecida da sociedade. São forças de trabalho descartáveis e precarizadas dentro da nova ordem econômica capitalista que avança e se reconfigura (Davis, 2016).

A Profa. Dra. Nair de França Araújo é mãe solo de duas crianças, não possui “rede de apoio” próxima, somente uma mulher remunerada para auxiliá-la nos trabalhos domésticos. Todos os membros de sua família moram em outro município, dentro do Estado de Minas Gerais, somente uma irmã que reside no município onde Nair possui moradia, mas evita acioná-la. Nem sempre a única rede de apoio que possui está disponível para atender suas demandas, então, Nair se desdobra para atender as necessidades domésticas e as de seus filhos.

A Profa. Dra. Eliza Maria Ferreira Veras da Silva sentiu a necessidade da rede de apoio durante a pandemia de Corona vírus ¹³, ela foi mãe em tempo integral. Durante o período pandêmico no Brasil, algumas instituições funcionaram precariamente, outras não funcionaram e fecharam as portas durante um período. As aulas presenciais das universidades

¹³ Decretado a pandemia Corona vírus em 11 de março de 2020. Em 5 de maio de 2023 foi decretado o fim da pandemia.

públicas foram suspensas, os professores foram orientados a ministrarem aulas à distância, o conhecido *home office*¹⁴. As professoras além de ministrarem aulas remotamente, foram obrigadas, por imposição do momento, a realizarem tarefas domésticas, pois as pessoas estavam confinadas em suas residências. Foi um período que as crianças também estavam em casa, recebendo aulas à distância. A carga horária de trabalho dessas mulheres triplicou. Em consequência disso, as produções acadêmicas diminuíram bastante. Eliza Maria afirma que a pandemia impactou sua carreira profissional negativamente:

Durante o período pandêmico, as crianças foram cuidadas pelas mães, não somente os cuidados físicos, alimentação e cuidados com a casa, mas também atuando como professora. Fui professora do meu filho durante todo esse período de 2 (dois) anos que ficou em casa, além de cozinhar e lavar. No período pandêmico, não tínhamos rede de assistência, não tínhamos babás, ajudantes, fazíamos tudo. Dávamos conta de todas as tarefas, inclusive dos trabalhos profissionais, preparamos aulas, fazíamos orientações. Nesse período, obviamente, nossos rendimentos profissionais caíram bastante (Eliza Maria Ferreira Veras da Silva, 2023).

Observa-se que as três mulheres: Eliza Maria Ferreira Veras da Silva, Nicéa Quintino Amauro e Nair de França de Araújo, resolveram ter filhos após conclusão dos estudos de graduação e pós-graduação.

Dra. Nicéa acelerou um pouco os estudos, pois após encerrar a graduação, iniciou logo o doutorado. Após concluir os estudos de doutorado, ela se casou. Nicéa é mãe de dois garotos e sua rede de apoio era composta pela ajudante, esposo, que esteve presente durante todo o processo de cuidados com os filhos, e sua mãe. Sua rede de apoio diminuiu quando sua mãe foi submetida ao tratamento clínico oncológico.

Tenho 2 filhos garotos de 15 e 12 anos. Casei-me depois de formar no doutorado, em 2006. Tive meu primeiro filho em 2008. E contei com a ajuda de minha mãe, porque morava em outra cidade [...] Minha mãe e meu esposo me ajudaram. Eu defendi em 2003 e me casei em 2006. Aí, em 2009 me mudei para minha cidade natal. Contratei uma ajudante para auxiliar nos afazeres domésticos. Minha rede de apoio incluiu meu esposo, minha mãe e minha ajudante. Em 2011 tive meu segundo filho, minha mãe adoeceu, tive que contar com meu esposo e a ajudante. Mudei [de cidade], porque meu esposo é concursado, e eu fiz o concurso na [Universidade C] para ficar perto dele para meu filho crescer perto do pai (Nicéa Quintino Amauro, 2023).

Após concluírem os estudos, a professora participou do concurso público para docentes na Universidade Pública Federal C. Isso é compreensível se considerarmos que o serviço público,

¹⁴Ao “pé da letra” significa escritório em casa. No Brasil, em se tratando do trabalho docente, o termo designa trabalhos que são realizados em casa, mediado por videoconferência.

sobretudo na esfera federal, traz segurança para elas e suas crianças. “As mulheres negras da classe trabalhadora, especialmente as empregadas em cargos administrativos do setor público, têm mais chance de encontrar estabilidade” (Collins, 2019, p.135).

A Profa. Dra. Enedina Alves Marques se mostra decepcionada com a precarização do trabalho e a falta de investimento na estrutura do Campus onde trabalha como docente e pesquisadora. O Campus está localizado no interior de Minas Gerais, em uma zona de mineração e o investimento se verifica somente no Campus principal. Os cursos oferecidos são voltados para as Engenharias.

[...] algo está acontecendo que precisa ser analisado com dados para entender o porquê as pessoas não estão procurando o ensino universitário público como antes da pandemia. Aqui mesmo na instituição, a gente acaba recebendo como responsabilidade indireta para que o número de alunos volte ao normal. O reitor propôs que abrissem vagas no meio do ano, mas isso muda toda a estrutura de uma Universidade, porque o curso passaria a funcionar anualmente, ter disciplinas anuais, mas não vai dobrar o número de funcionários para isso. Então, isso recai sobre os professores (Enedina Alves Marques, 2023).

As más condições de trabalho na economia capitalista também passam pela dimensão de gênero e raça. De acordo com Bueno (2020), “o sexismo e racismo estruturais” são fios que alinhavam a complexa teia de relações no mundo capitalista do trabalho, que produzem tensões institucionais constantes.

De acordo com Alves (2022), o “sobretabalho”, produção de bens, além do salário que o trabalhador recebe, é uma realidade impostas pelos proprietários do meio de produção capitalista aos seus trabalhadores. O “sobretabalho” está ligado à divisão racial do trabalho que constitui uma categoria ligada ao racismo estrutural, que são experiências vividas pelos profissionais.

A queixa das mulheres ao “sobretabalho” talvez esteja relacionada com o volume de serviços acumulados durante o período pandêmico. Calendários acadêmicos alterados, atividades e eventos acadêmicos que ficaram suspensos e que precisam ser entregues à comunidade acadêmica pós-pandemia. Além do acúmulo de trabalho doméstico durante a pandemia, como cuidar de crianças, ministrar aulas remotamente, sem rede de apoio.

7. OS CURRÍCULOS *LATTES*

As informações inseridas no currículo *lattes* do profissional revelam que tipo de profissional ele se tornou, quais os cargos ocuparam. Indica, pontualmente, aspectos importantes sobre a carreira profissional e acadêmica, no entanto, não explicita como foi a construção das carreiras: percalços e sofrimento, nem informa como foram os investimentos pessoais das pessoas na construção das carreiras profissionais.

Quando se analisa o currículo *lattes*, observa-se limitações enquanto documentos para análise de um profissional, pois corre o risco de o documento não estar atualizado. Embora tenha consciência dessas limitações dos currículos *lattes*, foi considerado para análise as informações dos últimos 5 anos das 4 docentes. Para extrair os dados dos currículos *lattes* das docentes, foi usado um roteiro previamente elaborado. Posteriormente, foi construída uma tabela para inserir as informações extraídas dos Currículos *Lattes*.

Tabela 6- Informações dos Currículos Lattes dos últimos 5 anos.

Docentes	Projetos de pesquisa Concluídos	Artigos Publicados	Participação em bancas de conclusão do Mestrado	Participação em bancas de conclusão de Doutorado	Autoria de livros	Autoria de Capítulos de Livros	Orientações concluídas das Mestrado.	Orientações concluídas das Doutorado	Qualificações de Mestrado	Qualificação de Doutorado	Temática Racial
Nicéa Quintino Amauro	12	22	5	2	0	01	2	1	0	01	0
Nair de França Araújo)	0	3	01	0	01	2	1	0	0	0	0
Enedina Alves Marques	3	11	02	1	0	0	04	0	02	01	0
Eliza Maria Ferreira Veras da Silva	0	4	04	01	0	0	2	0	0	0	02

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Os dados da tabela acima são referentes aos trabalhos intelectuais com os estudantes das universidades de PPGs. Foram retirados dos currículos *lattes*, as produções de grandes alcances nacionais e internacionais, tais como projetos de pesquisas, cujos resultados são publicados em revistas científicas de grande alcance e circulação nacional e internacional. Foram extraídas

informações sobre publicações relevantes com livros, capítulos de livros que circulam no meio interno à academia como fonte de pesquisas e leituras obrigatórias nos cursos.

Das 4 mulheres pretas, professoras e pesquisadoras, somente 1(uma) trabalhou com projetos sobre temáticas envolvendo relações raciais, a profa. Dra. Eliza Maria Ferreira Veras da Silva. A área de Química não dá abertura para que realize discussões sobre temáticas envolvendo relações raciais. Mesmo em meio à imposição do pragmatismo da Química, a professora encontrou meios de fazê-la através de projeto de Extensão Universitária.

Não tendo condições, à princípio, que favoreçam discussões sobre questões raciais, por causa das aulas em laboratórios, a profa. Dra. Nicéa orientou uma estudante de mestrado que levou a proposta de desenvolver um produto para lavar cabelos cacheados. O estudo trouxe impacto positivo na identidade da professora, pois resolveu usar os cabelos naturais. Até o presente momento da entrevista, a professora não fazia uso de produtos químicos para alisar cabelos.

Orientei uma estudante que desenvolveu um projeto sobre cabelos, de modo algum era racial, porque o projeto era estudar os efeitos dos surfactantes nos cabelos, que afeta diretamente os cabelos cacheados, porque os cabelos cacheados precisam de xampu sem o Lauril Sulfato de Sódio. Então não é uma coisa sobre raça, porque também é químico, mas é uma coisa que se aproxima. Essa coisa de estudar o efeito do Lauril Sulfato de Sódio nos cabelos cacheados foi o mais próximo (Nicéa Quintino Amauro, 2023)

A Universidade Federal M, em 2016, adotou a política de ações afirmativas para reservas de vagas aos estudantes pretos (as), negros (as) e pardos (as). A profa. Dra. Enedina Alves Marques compõe a banca de heteroidentificação e, ao meu entender, acaba por discutir questões referentes às relações raciais e outras dimensões do racismo. Por isso, mesmo não fazendo diretamente a discussões com os alunos sobre a temática racial está participando das discussões.

As ciências ditas duras, de modo geral, não abrem para as discussões sobre o racismo e suas camadas não problematizam, sobretudo, no curso de licenciatura. Já no bacharelado, as questões raciais nem aparecem. Às vezes, estas questões raciais podem até aparecer, por causa das demandas trazidas pelos estudantes.

Quadro 2 - Trabalho com temáticas raciais.

Modalidade	Profa. Dra. Nicéa Quintino Amauro	Profa. Dra. Nair de Franca	Profa. Dra. Enedina Alves Marques	Profa. Dra. Eliza Maria Ferreira Veras Silva
Trabalho em final de graduação				<p>-Representatividade negra no Ensino de química: utilizando jogo memória para dar visibilidade aos químicos negros e as químicas negras presentes na história da química.</p> <p>-A Estética Do Cabelo: Das Vivências Ao Aprendizado De Ciências</p>
Projeto e iniciação científica				<p>-Ensaio sobre o perfil dos estudantes retidos na disciplina de química geral da UFV: Os processos de reprovação e retenção se articulam com os grupos sociais historicamente excluídos da educação, como os negros, os indígenas, as pessoas com deficiência ou as populações LGBTQIA+?.</p>
Projeto de Extensão				<p>-Negros na - Universidade. Vivência e desafios em meio a comunidade acadêmica.</p> <p>-Trajetórias das mulheres negras Acadêmicas nas ciências da natureza.</p> <p>-O Eu, o Outro e a Comunidade: Oficinas culturais para o fortalecimento da identidade pessoal positiva, do reconhecimento das diversidades estética, étnico-raciais e da consciência negra na educação infantil.</p> <p>-A trajetória da mulher</p>

				negra e acadêmica de ciências da natureza
Orientação de mestrado com temática racial	-Estudo da Capacidade de Limpeza dos Cabelos com Diferentes Surfactantes e Danos Causados por Lavagens Cotidianas			
Orientou Capítulo de livro				Representatividade negra no ensino de química: utilizando do jogo da memória para dar visibilidade aos químicos negros e as químicas negras presentes na história da química.
Outros envolvimento com a temáticas raciais		-Livro” Eu, menina preta.	-Participação em bancas de heteroidentificação do campus onde é professora	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No quadro acima, é possível perceber que as docentes da pesquisa, de algum modo, dialogam com as questões raciais¹⁵. Isso mostra o quão é importante a atuação dessas mulheres nos departamentos de Ciências Exatas e da Terra nas universidades públicas, as quais constroem carreiras docentes. Encontrar abertura para inserir discussões raciais em áreas tão pragmáticas quanto à Química, é um desafio e uma conquista. Nas ciências Exatas e da Terra dão poucas aberturas para discussões sobre as questões raciais. O pragmatismo das ciências ditas duras impõe aos estudantes e pesquisadores outras demandas que não passam pelas questões raciais. Dificilmente, há, nas grandes áreas de ciências duras, linhas de pesquisas que contemplem temáticas que incluem questões ligadas à raça/cor.

¹⁵As temáticas raciais chegam nas bagagens dos estudantes nos primeiros dias letivos nas Universidades. São demandas e anseios que estão envolvendo raça e outras dimensões raciais importantes na vida dos jovens pretos. Os estudantes migram temporariamente de suas comunidades para viverem em espaços acadêmicos desconhecidos por eles (as) e radicalizados.

Nas áreas, as quais as docentes pesquisadas lecionam e pesquisam, existem dificuldades para inserir temáticas raciais. Quando há algum interesse sobre as temáticas envolvendo questões raciais, partem dos (as) estudantes que entram nas universidades trazendo histórias individuais e coletivas de opressões e outras realidades que precisam ser consideradas ao construir conhecimentos científicos sobre as temáticas raciais. A professora Nicéa Quintino Amauro orientou uma estudante de Mestrado sobre cabelos em 2019.

Uma estudante me procurou porque queria fazer mestrado na área de cabelos e essa área não é minha, minha área é magnetismo molecular. Só que eu resolvi entrar nessa área porque a gente ficou amiga. Ela estava no último semestre na faculdade e resolveu fazer o mestrado comigo porque acatei a ideia dela de trabalhar com cabelos. Já que no Departamento de Química ninguém tinha feito isso antes. A pesquisa era avaliar os danos causados nos cabelos usando xampus normais, se os xampus do tipo *Low Poo* ou *No Poo* sem surfactantes, sem Lauril sulfato de sódio que causaria danos aos cabelos. Pesquisamos, vimos que de fato o Lauril causa danos aos cabelos. Ele abre as fibras capilares, descobrimos também que os produtos que contêm silicones aderem muito aos cabelos e acabam prejudicando-os. Então esse foi um achado da pesquisa - que produtos com silicone também não são bons, mas a gente usa para fazer chapinhas. As moças usam para selarem os cabelos, mas são péssimos, com o tempo o cabelo fica enebado. O produto não sai das fibras capilares, então acaba com os cabelos quebram, ressecam. Foi essa pesquisa que a gente fez (...) conversamos sobre os aspectos das influências dos cabelos na vida das pessoas de cor negra, porém bem de leve. Não víamos esses tipos de cabelos crespos nos espaços. Ela, inclusive, não conseguiu convencer a mãe a abandonar o secador de cabelos. A mim ela conseguiu! (Nicéa Quintino Amauro, 2023).

Constata de acordo com o quadro -2 que todas as professoras/pesquisadoras desta pesquisa se envolvem com as temáticas raciais, umas envolvem-se mais e outras menos, porém isso não as tornam alheias às discussões. Conforme o quadro acima, a profa. Dra. Eliza Maria Ferreira Veras da Silva desenvolveu trabalhos com as temáticas raciais: orientou 2 Trabalho de Conclusão de Curso, 1 projeto de iniciação científica, 4 projetos de extensão universitária, 1 coordenação de capítulos de livro. Ao todo, foram 8 ações que discutem diretamente sobre questões raciais. As três Profas. Dra. Nicéa Quintino Amauro 1(uma) Orientação de mestrado com temática racial, Profa. Dra. Nair de Franca, outros envolvimento com a temáticas raciais (publicação de 1 livro de literatura afrobrasileira) e Profa. Dra. Enedina Alves Marques Outros envolvimento com as temáticas raciais – (Participação em bancas de heteroidentificação do campus onde é professora).

Talvez o volume de trabalho com as temáticas raciais desenvolvidos pela docente Eliza, deve ao fato da Universidade Federal-A a qual a docente pertence, tenha avançado consideravelmente com as políticas internas de inclusão racial e implementação das leis de reservas de vagas para estudantes e docentes negros, a Lei 12.711 de 29/08/2012 em seu

artigo 3º prever reservas de vagas aos estudantes autodeclarados negros, isto é, estudantes pretos, pardos e indígenas conforme IBGE e estudantes e quilombolas, a Lei 12.990 de 09/2014 prevê a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais aos candidatos (as) aos cargos docentes negros e negras. Essa Lei abrange também os candidatos aos cargos docentes nas Universidades Públicas e Instituições ligadas à União.

A professora Nair de França Araújo desenvolve trabalhos e produção de textos sobre temática raciais externos à academia. No final do ano de 2023, lançou o seu livro autobiográfico: “Eu, menina preta”.

Faço alguns projetos fora da academia como textos já publicados e um livro que será lançado em breve chamado: Eu, menina preta, pela editora África e Africanidades (Nair de França Araújo, 2023).

A professora citada acima não participou enquanto estudante e nem desenvolveu nenhum projeto de extensão envolvendo a questão racial, ela colaborou em um projeto social assim que concluiu o curso de graduação em Química. Vale lembrar que, a partir da literatura, demarcou uma escrita antirracista.

Frequentava uma igreja, lá cuidava de crianças em risco social, crianças que tinham histórico de violência doméstica. Elas iam para a escola de manhã, à tarde ia para uma casa, onde acontecia o projeto. Precisava de voluntário para cozinhar, para cuidar das crianças e acompanhá-las nas atividades “para casa”. Ia para lá ficar boa parte do tempo. Envolvi muito com as crianças (Nair de França Araújo, 2023).

Enedina Alves Marques Teixeira, apesar de discutir a temática racial, não desenvolve projeto de pesquisa e nem de extensão que envolvam temáticas raciais. Aponta que há uma preocupação de seus pares com a temática racial. Sua fala indica que há trabalhos pontuais com alunos e funcionários e que há disciplina na área de Humanas que abordam as temáticas raciais. Deve-se considerar que, os simples fatos de alguns estudantes que cursaram disciplinas na área de humanas, não quer dizer que os professores fazem a discussão sobre temáticas raciais.

Geralmente, na minha disciplina, por ser exatas, acabo não abordando (questão racial), mas sei que alguns estudantes fazem disciplinas na área de humanas. [...] A gente de alguma forma percebe que existe um trabalho [sobre discussões de igualdade racial], tem grupos de professores na extensão [que discute]. Para funcionários e técnicos costuma ter palestras (Enedina Alves Marques, Teixeira, 2023).

7.1 Produções científicas e citações bibliográficas

O apagamento acadêmico experimentado por alguns professores (as) e pesquisadores (as), acontece pela falta de reconhecimento de suas produções científicas e acadêmicas pelos seus pares e comunidades acadêmicas. O aniquilamento provoca o não existir, já que no campo acadêmico, as credenciais de boas professoras ou boas pesquisadoras são medidas pelo volume de publicações, citações bibliográficas e circulações dessas produções no meio acadêmico.

As produções acadêmicas e intelectuais são examinadas para validar os conhecimentos produzidos pelos pares. Os artigos, ensaios e livros, autores (ras) lidos e citados nos trabalhos também definem a qualidade da produção. Nota-se que a pressão por produções e publicações, principalmente, nos programas de pós-graduação, por certo, impede a criatividade na escrita (Xavier, 2021).

Alguns trabalhos, artigos e ensaios científicos das quatro pesquisadoras se encontram nas principais plataformas na *web* que podem ser vistas e lida por estudantes e pesquisadores. Tais estudos se encontram no *Web of Science adquirida pela CAPES no Brasil*. Esse banco de dados contém teses, dissertações, artigos, ensaios e revistas científicas importantes e respeitadas nos meios acadêmicos.

A *Scopus* é uma base de dados que agrega várias revistas científicas também muito acessadas por estudantes e pesquisadores de várias áreas. Essa base de dados também é vinculada à CAPES.

As plataformas mais importantes e acessadas por estudantes e pesquisadores são: *Google Acadêmico* e *Scielo* de fáceis navegações. O *Scielo* concentra as publicações difundidas em toda América latina.

Tabela 7 - Citações em trabalhos de pesquisas acadêmicas.

Nomes	Total de Trabalhos Publicados	Total de Citações	Bases de Dados	Datas
Nicéa Quintino Amauro	54	967	Web of Science	2022
Nicéa Quintino Amauro	53	958	Scopus	2022
Nicéa Quintino Amauro	78	1099	Outros	2022
Nair de França Araújo	17	273	Web of Science	2023
Eliza Maria Ferreira Veras Silva	8	111	Web of Science	2016

Eliza Maria Ferreira Veras Silva	7	40	Scielo	2014
Enedina Alves Marques	17	466	Web of Science	2020
Enedina Alves Marques	14	358	Scopus	2020
Enedina Alves Marques	20	480	outros	2020

Fonte: Produzido pelo autor (2023).

As produções científicas das 4 pesquisadoras estão publicadas nas principais plataformas de pesquisas *online*. Para análise, foram consideradas as bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e *Scielo* por considerá-las importantes e bastante acessadas por estudantes de graduação de pós-graduação. Destaca-se, que os mesmos trabalhos podem estar publicados e citados nas duas bases de dados aqui consideradas. Não serão realizadas análises exaustivas dos dados, porque não é intuito demonstrar competitividade entre as docentes, mas sim ressaltar que são pesquisadoras de altas envergaduras e suas produções intelectuais circulam dentro e fora das academias por meio das citações bibliográfica nos textos acadêmicos. A relevância desses dados expostos no quadro acima, é mostrar a importância dessas profissionais pretas na área da Química e suas contribuições para desenvolvimento das ciências brasileira.

Do ponto de vista coletivo, os trabalhos de pesquisas dessas mulheres promovem o empoderamento das pesquisadoras pretas de todas as áreas. Parafraseando Ângela Davis em conferência na Bahia em 2007¹⁶ quando afirmou que “uma mulher quando avança, todas avançam junto com ela”.

A Nicéa Quintino Amauro é docente e pesquisadora há aproximadamente 20 anos, portanto, o volume de citações bibliográficas é justificado pelo tempo de profissão que possibilitou publicar vários trabalhos e realizar várias pesquisas na sua área. Nicéa possui 54 trabalhos publicados na base de dados *Web of Science* e 967 citações atribuídas a mesma base de dados; ela também possui 53 trabalhos publicados na base de dados *Scopus* e 958 citações atribuídas a mesma base de dados. Enedina Alves Marques é pesquisadora e docente do ensino superior aproximadamente 14 anos. Ela possui 17 trabalhos publicados na base de dados *Web of Science* e 466 citações atribuídas a mesma base de dados. Ela possui 14 trabalhos publicados na base de dados *Scopus* e 358 citações atribuídas a mesma base de dados. Nair de França Araújo é

¹⁶Disponível em <https://revistamarieclaire.globo.com/Feminismo/noticia/2022/09/angela-davis-frases-marcentes-da-intelectual-e-ativista.html>

pesquisadora e docente há 19 anos. A professora possui 17 trabalhos publicados na base de dados *Web of Science* e 273 citações atribuídas na mesma base de dados.

Das quatro pesquisadoras, Eliza Maria Ferreira Veras Silva é a que possui menos tempo como docente e pesquisadora do Ensino Superior. A mesma possui 8 trabalhos publicados na base de dados *Web of Science*, 111 citações atribuídas a mesma base de dados. Ela também possui 7 trabalhos publicados na base de dados *Scopus* e 40 citações atribuídas a mesma base de dados.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as trajetórias e vivências profissionais das docentes pesquisadoras de cores pretas credenciadas aos PPGs em duas grandes áreas: das Ciências Exatas e da Terra das Universidades Federais de Minas Gerais, nas seguintes PPGs: Matemática, Química, Astronomia, Ciências da Computação, Geociências, Estatística, Oceanografia e Física Geral e também as epistemologias antirracistas e antissexistas implementadas em suas práticas docentes.

O escopo inicial da pesquisa era produzir dados sobre as trajetórias e vivências profissionais de mulheres pretas docentes e pesquisadoras em 8 PPGs considerados relevantes para a pesquisa, por serem menos acessadas pelos (as) estudantes pretos (as). Os dados encontrados durante as pesquisas apontaram para ausências deste grupo de mulheres em 6 PPGs. Foram encontradas 5 docentes nas PPGs da Química em programas e universidades diferentes, 1 (uma) na PPG de Física Geral que não se interessou em participar da pesquisa. Sendo assim, a pesquisa avançou com a contribuição de 4 docentes nos PPGs em Química.

Ficou evidente que as 4 mulheres têm compreensão dos lugares que ocupam na engrenagem universitária. Elas compreendem a relevância dos seus trabalhos para as ciências e a importância da resistência e enfrentamento ao racismo. Elas lidam sempre com o racismo individual e institucional e, constantemente, tem que responder aos conflitos que acontecem por causa dele. As docentes têm consciência do legado que estão construindo, uma universidade inclusiva para as futuras gerações.

Apesar dos avanços profissionais e econômicos obtidos pelas mulheres pesquisadas, elas situam-se na “avenida” da interseccionalidade. Nesta avenida interseccional de gênero, raça e cor, a busca por mudanças as impulsionam para elaboração de estratégias oriundas da coalizão entre agentes: estudantes e docentes pretas interseccionalidades. Elas constroem “ferramentas” para intervir num fluxo de opressão dirigida a elas no qual a raça é o eixo principal.

Nos espaços das universidades, docentes pretas e outros grupos sociais insistem e resistem “matando um leão por dia”, nas vivências atravessadas pelo racismo e sexismo que estas pesquisadoras e alguns estudantes lutam obstinadamente. Elas rompem com os lugares instituídos, transformam vivências doídas em experiências exitosas, constroem ações de intervenção ao racismo e sexismo que as direcionam ao ativismo acadêmico. Há tentativas constantes para invalidar e desacreditar o ativismo feito pelas minorias silenciadas dentro das universidades. Mesmo tendo os conhecimentos confrontados e metodologias questionadas,

essas pesquisadoras pretas quebram o silêncio por meio da escrita em primeira pessoa e atividades acadêmicas que privilegiam as vivências experiências.

Algumas atividades acadêmicas fazem parte dos projetos de extensão universitária coordenados por grupos de docentes que tentam transformar a Universidade em um lugar melhor para grupos minoritários. O exemplo de experiência “trocas de saberes”, atividades acadêmicas que acontecem durante a semana do fazendeiro na Universidade Federal de Viçosa. Nesse evento acadêmico, são propostas várias atividades por eixos temáticos em que pessoas são convidadas compartilharem experiências de atividades realizadas em suas comunidades.

As professoras pesquisadas trabalham com Ciências Pragmáticas à Química. Por causa disso, há poucas possibilidades para promover discussões com os (as) estudantes sobre as temáticas raciais. Mesmo com as dificuldades em promover debates envolvendo temáticas de raça e gênero, elas conseguem promover alguns trabalhos conforme apontado pela pesquisa. As áreas das “ciências duras” não oferecem aberturas para inserirem as temáticas raciais nos debates em sala de aulas, produção de trabalho de conclusão de cursos, pesquisas de mestrado e doutorado. Por causa dessa dificuldade de inserção de raça, enquanto teórica crítica social, algumas docentes levam as temáticas para extensões universitárias, realizam outras atividades acadêmicas com as comunidades nos territórios entorno dos *campi*, propõem espaços de trocas de experiências e compartilham conquistas. Essas atividades acadêmicas de extensão possibilitam as universidades chegarem às comunidades. A extensão universitária ainda é o meio mais rápido e eficaz de trabalhar as potencialidades existentes nas comunidades promovendo seu desenvolvimento.

Há uma grande pressão para que haja as produções acadêmicas. São as pesquisas e publicações em revistas especializadas que movimentam a engrenagem universitária. A rotina de trabalho na universidade constitui em publicação de trabalhos científicos, em desenvolver pesquisas, ministrarem aulas, orientarem estudantes de mestrado e doutorado e ministrar uma infinidade de atividades acadêmicas no decorrer do ano letivo. Há uma conquista por titulações, prêmios e produções científicas visando atualizar os Currículos *Lattes*. Além das obrigações impostas pela vida profissional acadêmica, existem afazeres domésticos que é um “fardo imposto às mulheres” cujo peso recai sobre a mulher de cor preta que tem rede de apoio frágil.

Além de tudo que foi dito, é de se referir a falta de dados sobre o perfil racial dos docentes das Universidades Federais disponíveis para consulta pública. Os dados referentes ao corpo docente de universidades públicas relacionados à cor, raça e sexo são extremamente sigilosos, inacessíveis aos estudantes de pós-graduação: mestrado e doutorado. Isso dificulta sobremaneira o andamento de pesquisas realizadas pelos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli. **Fundamentos da pesquisa Etnográfica**. In: _____. Etnografia da prática escolar. São Paulo: Papyrus, 2013.

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 212-221, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

AUGÉ, Marc. **Dos Lugares e Não-Lugares**. In _____. Não Lugares: uma introdução a uma Antropologia da supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Ferreira. São Paulo: Papyrus, p. 71-104, 1994.

ALENCAR, Alexandra Eliza Vieira. Re-existências: notas de uma antropóloga negra em meio a concursos públicos para o cargo de magistério superior. *Revista de Antropologia*, v. 64, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/nmvFzGj6T93fNv77dVs3dGR/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

AQUINO, Estela M L. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. *Revista de Saúde Pública*. 2006, v. 40, p-1-12. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rsp/v40nspe/30631.pdf>. Acesso em: 02 maio 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 5º ed. São Paulo: Editora Judaria, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe**. In: _____. A Economia das Trocas Simbólicas. (Org.). Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2005. p.154-183.

BOURDIEU, Pierre. **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. In: ORTIZ, Renato (Org.). Campo Científico. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BUENO, Winnie de Campos; ANJOS, José Carlos dos. Da interseccionalidade à encruzilhada: operações epistêmicas de mulheres negras nas Universidades brasileiras. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 21, p. 359-369, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/P6GkM9LzkwSQ8CDxM4wnT3F/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BUENO, Winne de Campos. **Imagem de controle**: um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins. Porto alegre, Rs.: Zouk, 2020.

CAVALLEIRO, Eliane Cavaleiro dos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. Editora Contexto, 2004.

Ciências Sociais, v. 21, p. 359-369, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/P6GkM9LzkwSQ8CDxM4wnT3F/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rene Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. **Trabalho, família e opressão das mulheres negras**. In.: _____. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Boitempo editorial, 2019, p. 1-35. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123078/mod_resource/content/1/Patricia%20Hill%20Collins.pdf . Acesso em: 20 dez. 2023.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/FScyDnYgTQHYxtCYnHLbMqv/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2023.

DE JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2020.

DE CARVALHO, José Jorge. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos (encerrada), v. 1, n. 1, 2007. P.1-20. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/144>. Acesso em: 10 maio 2022.

DE SOUZA, Fernanda Aparecida; DE SANTOS, Valentin Silvani. **A participação de professoras negras nos programas de pós-graduação da UFMG**. Cadernos de Gênero e Tecnologia, v. 13, n. 42, p. 45-61. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/cgt/article/view/11041>. Acesso em: 14 jun. 2023.

DOS SANTOS, Jailda da Silva; DE FREITAS MADRUGA, Zulma Elizabete. **Mulheres nas Ciências Exatas**: um olhar para pesquisas científicas. Boletim Cearense de Educação e História da Matemática, v. 9, n. 25, p. 20-34, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/5601>. Acesso em: 15 jun. 2022.

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias**: desafios e conquistas. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26901/1/2017_tese_mseuclides.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

EUCLIDES, Maria Simone; DA SILVA, Joselina. **Dialogando com as autoetnografias negras**: intersecções de vozes, saberes e práticas docentes. Práxis Educacional, v. 15, n. 32, p. 33-52, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5042> . Acesso em: 23 jan. 2023.

FANON, Frantz. **O negro e a linguagem**. In.: _____. Pele negra Máscaras Brancas. Tradução Renato de Oliveira. Salvador: EDUFBA, 2008. cap.1, p.33-52 Disponível em: https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_b_rancas.pdf. Acesso em: 02 maio 2010.

FAVERO, Altair Alberto; DORO, Marcelo José. **O declínio da experiência e os desafios educacionais**: uma abordagem a partir de Walter Benjamin. **Conjectura: filos. e Educ.**, Caxias do Sul, v. 23, n. 3, p. 459-476, 2018 . Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217846122018000400003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 maio 2024.

FERREIRA Lola; **Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia**. Gênero e Numero. Rio de Janeiro, 31/03/2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/menos-de-3-entre-docentes-da-pos-graduacao-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em: 21 out. 2022.

FERNANDES, Florestan; PEREIRA, João Baptista Borges; NOGUEIRA, Oracy. **A questão racial brasileira vista por três professores**. Revista USP, n. 68, p. 168-179, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13491/15309>. Acesso em: 03 nov. 2022.

FERREIRA, Luiz Otávio et al. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 43-71, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/X9xgqgRXDj3zhTbr56QgknB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FERREIRA, Edimara Maria, DAMIANO, Karla Maria, FERREIRA, Marco Aurélio Marques. (2022). **Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior**. *Revista Katálysis*, 25 (2), 303–315. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84603>. Acesso em: 25 ago. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações Raciais no Brasil uma Breve Discussão**. In: Educação antirracistas: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03. SECAD: Brasília: 2005. p. 39-61.

GOMES, Nilmar Lino. **Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira**. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologia do Sul. São Paulo: Cortez, 2013. Cap.14, p.413-435. Disponível em: <https://temascontemporaneosdotorg.files.wordpress.com/2016/02/boaventura-de-sousa-santos-maria-paula-meneses-epistemologias-do-sul-cortez-editora-2014.pdf> . Acesso em: 12 jul. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod_resource/content/1/GONZALES%20L%20C%20A%20lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 07 nov. 2022.

GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. **Classes Sociais, luta de classes e movimentos sociais**. In: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria. (Org.). **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: Expressão popular, 2008, p.65–95.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial: (um estudo acerca da discriminação racial como fator de seletividade na**

escola pública de primeiro grau-1ª a 4ª série). 1985. Disponível em:
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9R6PKM> . Acesso em: 15 jul. 2024.

GONZALES, Lélia. **Categoria político-cultural de amerifricanidade**. In.: _____. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). **Por um feminismo Afro Latino Americano**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com raça em sociologia**. Educação e pesquisa, v. 29, p. 93-107, 2003. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxSGJgkwVyFJ8jfT8wxWxC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2019.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Raça e os estudos de relações raciais no Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, n. 54, p. 147-156, 1999. Disponível em:
<https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2018/11/GUIMARAES-Ra%C3%A7a-e-os-estudos-de-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

HOOKS, Bell. E eu sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvi Libanio. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos, 2020, p.307.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LETA, Jacqueline. **Mulheres na ciência brasileira**: desempenho inferior? Revista Feminismos, v. 2, n. 3, p.1-14 2014. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30039/17771>. Acesso em: 14 ago. 2022.

LOPES, Vera Neusa. **Racismo, Preconceito e Discriminação**. In.: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na Escola**. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.185, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. Sociedade e cultura, v. 4, n. 2, p.1-14 2001. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/515>. Acesso em: 13 ago. 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude -Usos e Sentidos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. “Uma abordagem conceitual de raça e racismo”. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, p.1-17. 05/11/03. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf> . Acesso em 16 ago. 2023.

Mulheres nas ciências brasileiras. Gemma: grupo de estudos multidisciplinares da ação afirmativa, Rio de Janeiro, 11/02/2022. Disponível em:
<https://gemma.iesp.uerj.br/infografico/mulheres-na-ciencia-brasileira/>. Acesso em: 02 out. 2023.

NOGUERA, Renato; DUARTE, Valter; DOS SANTOS RIBEIRO, Marcelo. **Afro-perspectividade no ensino de filosofia**: possibilidades da Lei 10.639/03 diante do desinteresse e do racismo epistêmico. O que nos faz pensar, v. 28, n. 45, p. 434-451, 2019. Disponível em: <https://oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/oqnf/article/view/693/620>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PIEDADE, Vilma. **Doridade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Descolonizando Saberes**: mulheres negras nas ciências. São Paulo: Editora Livraria das Físicas, 2020.

PORTES, REGUEIRA. **Mulher é acusada de lesão corporal e injúria em São Conrado**: 'Como se eu fosse escravo', diz entregador atingido nas costas por coleira. **G1**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/10/mulher-e-acusada-de-lesao-corporal-e-injuria-em-sao-conrado-como-se-eu-fosse-escravo-diz-entregador-atingido-nas-costas-por-coleira.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2022.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Problema do negro na sociologia brasileira**. In.: Introdução a crítica à sociologia Brasileira. Rio de Janeiro: Editoria UFRJ, 1998, p.163-202.

RIGHETTI, Sabine, Gamba Estêvão. Inclusão de professores negros no ensino superior pouco avança em dez anos. Folha de São Paulo, 21/12/2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/inclusao-de-professores-negros-no-ensino-superior-pouco-avanca-em-nove-anos.shtml>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SÁ, Teresa. **Lugares e não lugares em Marc Augé**. Tempo social, v. 26, p. 209-229, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/sDhTTskCGVGDyqwRTyLnWPm>. Acesso em: 28 abr. 2024.

SANTOS, Ivani Augusto Alves. **Racismo Institucional**. In.: (Org.) Direitos humanos e as práticas do racismo. Brasília: Edições Câmara, 2017. Cap. 1, p. 21-35.

SILVA, Débora Jean Lopes. **Mulheres na Literatura**: escrita de autoria feminina negra. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Mato Grosso, p.96-111. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/699594/2/Debora%20Jean%20Lopes%20Silva%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20ProfHist%C3%B3ria%20-%20UFMT.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação**. Educação e Filosofia, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-596x2017000100021&script=sci_abstract. Acessado em: 08 jul. 2024.

SOARES, Cecília C. Moreira. **Mulher negra na Bahia no Século XIX**. Salvador: EDUMEB, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p.1-33. 01/04/2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338163000003/338163000003.pdf>. Acesso em: 02 maio 2022.

VAZ, Juliana da Costa. **Nilma Lino Gomes**: a trajetória de uma intelectual negra na luta por uma Pedagogia da Diversidade 1. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação. 2020. Disponível em: <http://pergamum.ufpel.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/0000ce/0000cea2.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

XAVIER, Giovana. Ciências de Mulheres negras: um experimento de insubmissão. *Saúde em debate*, Rio de Janeiro, v.45, p.51-59, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hWkNRp7rp3BxNJJbywKvXG/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Informações Pessoais

Onde você nasceu? _____

Em que ano? _____

Você tem filhos? _____

Quantos? _____

Qual é a sua idade ()

1. Entre 15 e 25 anos ()

2. Entre 26 e 35 anos ()

3. Entre 36 e 45 anos ()

4. Entre 46 e 55 anos ()

5. Entre 56 e 60 anos ()

6. Acima de 61 anos ()

Quanto à cor/raça, você se considera (de acordo com as categorias utilizadas pelo IBGE):

() 1. Preto

() 2. Pardo

() 3. Branco

() 4. Amarela

() 5. Indígena

() 6. Prefere não declarar

7. Qual seu estado civil? _____

Informações Familiares

Profissão dos pais? _____

Grau de escolaridade dos pais? _____

Há outros professores (as) em sua família? _____

Quantos (as) dos seus irmãos, irmãs têm cursos universitário? _____

Informações Profissionais

Cargo: _____

Local de trabalho: _____

Qual foi o seu primeiro emprego? _____

Com quantos anos você ingressou no mundo do trabalho? _____

Quando ingressou na universidade como estudante? _____

Qual o curso concluído? _____

Por que escolheu esse curso? _____

Pensou em mudar de curso? _____

Quantos anos demorou para concluir o curso? _____

Quais os desafios encontrados durante a graduação? _____

Como foi após a conclusão do ensino superior? _____

Há quanto tempo ingressou na pós-graduação? _____

Quando ingressou na pós-graduação? _____

Em qual programa fez a sua pós-graduação? _____

Quais foram os desafios encontrados durante a pós-graduação? _____

Há quanto tempo se tornou doutora? _____

O que fez após a pós-graduação? _____

Quanto tempo demorou para ingressar na universidade como professora? _____

Como foi esse ingresso? _____

Há quanto tempo é professora universitária? _____

Como tem sido essa experiência? _____

Quais os desafios encontrados? _____

Já ocupou algum cargo de chefia em seu trabalho? _____

Se sim, como foi a experiência? _____

Há quanto tempo assumiu a docência e orientação em programas de pós-graduação? _____

Em quais programas de pós-graduação você tem atuado? _____

Sofreu algum tipo de discriminação racial? _____

Se sim, como lidou com essa situação? _____

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ANÁLISE DOS CURRÍCULOS *LATTES*

Publicações (quantos artigos); quantos capítulos de livros, quantos livros organizou ou publicou nos últimos 5 anos? _____

Orientações concluídas no mestrado e doutorado (quantas) - recorte últimos 5 anos?

Grupos de pesquisa (líderes e quantos grupos são), e como membro (quantos grupos participam) nos últimos 5 anos? _____

Participação em bancas de defesa de mestrado e doutorado (quantas) 5 anos?

Orientações em projetos de pesquisa na PPG concluído (mestrado doutorado) nos últimos 5 anos? _____

Nos últimos 5 anos quais foram as temáticas abordadas nas orientações de mestrado e doutorado? _____